



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 49

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Instalação da 4.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura

Faço público que, nos termos do art. 41, n.º I, da Constituição Federal e do art. 1.º, n.º 1, do Regimento Comum, a sessão conjunta, solene, de instalação da quarta sessão legislativa ordinária da terceira

legislatura realizar-se-á no dia 15 do mês em curso, às 15 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, em 3 de março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Sessões preparatórias da 4.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura

Comunico aos Srs. Senadores que no dia 10 do mês em curso, às 14,30, terão início as sessões do Senado Federal, preparatórias da 4.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura, para o fim constante do art. 3.º do Regimento Interno, verbis:

“Art. 3.ª Nas sessões legislativas ordinárias subsequentes à inicial de cada legislatura, realizar-se-á no dia 10 de março, às 14 horas e 30 minutos, com a presença, pelo menos, de dezessete Senadores, a primeira sessão preparatória, sob a direção da Mesa eleita para a sessão legislativa anterior.

Parágrafo único. Verificado o quorum referido no art. 33 deste Regimento, proceder-se-á à eleição do Vice-Presidente do Senado, e, em segunda sessão preparatória, no dia seguinte, a dos demais membros da Mesa”.

Senado Federal, em 3 de março de 1958.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 2, de 1958

Art. 1.º O art. 36 do Regimento Interno, (Resolução n.º 9, de 1955) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 36 A Comissão Diretora é constituída pelo Vice-Presidente pelos quatro Secretários e dois Suplentes de Secretários. A de Finanças terá dezessete membros; a de Constituição e Justiça onze; as de Economia, Legislação Social e de Relações Exteriores nove; as de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Serviço Público Civil sete; as demais, cinco membros cada uma”.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1958

Senador Apolônio Sales,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 3, de 1958

Art. 1.º A lotação dos Gabinetes dos membros da Mesa e Líderes será a seguinte:

1 — Gabinetes do Presidente, do Vice-Presidente e do Líder da Maioria:

1 secretário particular

1 oficial de Gabinete

3 auxiliares de Gabinete.

2 — Gabinetes do 1.º Secretário e do Líder da Minoria:

1 secretário particular

1 oficial de Gabinete

2 auxiliares de Gabinete.

3 — Gabinetes dos demais Secretários:

1 oficial de Gabinete

1 auxiliar de Gabinete.

Art. 2.º As designações e a dispensa serão feitas:

— para os Gabinetes do Presidente, Vice-Presidente e 1.º Secretário, pelos titulares desses Gabinetes;

— para os demais pelo 1.º Secretário, mediante indicação dos titulares desses Gabinetes.

Art. 3.º O pessoal para as funções dos Gabinetes será escolhido:

— os secretários particulares e oficiais de Gabinete, livremente;

— os auxiliares de Gabinete, dentre os funcionários do Senado.

Art. 4.º As gratificações do pessoal a serviço dos Gabinetes obedecerão à seguinte tabela, correndo a despesa pela verba da Secretaria do Senado:

— Senado Particular — FG-2

— Oficial de Gabinete — FG-3

— Auxiliar de Gabinete — FG-4

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1958

Senador Apolônio Sales,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Mesa

Presidente — João Siquart (Vice-Presidente de Mesa)
Vice-Presidente — Senador Apolinário Sales
Secretário — Senador Lima Teixeira
Suplente — Senador Freitas Cavalcanti
Secretário — Senador Victorino Freire
Suplente — Senador Kerginaldo Cavalcanti
Secretário — Senador Moura Vieira
Suplente — Senador Prisco dos Santos

Comissão Diretora

Apolinário Sales — Presidente.
 Lima Teixeira
 Freitas Cavalcanti
 Victorino Freire
 Kerginaldo Cavalcanti
 Moura Vieira
 Prisco dos Santos
 Secretário Luiz Nabu. (Diretor-Geral da Secretaria)

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
 Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1)
 Gilberto Marinho
 Benedito Valladares.
 Gaspar Velloso.
 Ruy Carneiro
 Lourival Fontes
 Lima Guimarães.
 Daniel Krieger
 Atílio Vivacqua.
 Lineu Prestes
 Daniel Krieger. (2)
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Ruy Palmeira
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. João Villasboas.
 Secretário — Mécio dos Santos Andrade
 Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
 Fernandes Tavora — Vice-Presidente
 Carlos Lindenberg.
 Gomes de Oliveira (1).
 Alencastro Guimarães.
 Lineu Prestes
 Alo Guimarães.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.
 Reuniões às terças-feiras às 16 horas.
 Secretário — Renato Chermont
 Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
 Ezechias da Rocha — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Mourão Vieira.
 Reginaldo Fernandes.
 Mem de Sá.
 Ary Vianna.
 Secretário — Diva Gallotti.
 Reuniões — Quintas-feiras, às 11 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
 (1) Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
 Lameira Bittencourt.
 Ary Vianna.
 Onofre Gomes.
 Paulo Fernandes.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNÇIONÁRIOS

Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00	Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	90,00	Ano	Cr\$	90,00
Exterior			Exterior		
Semestre	Cr\$	130,00	Semestre	Cr\$	108,00
Ano	Cr\$	130,00	Ano	Cr\$	108,00

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

(**) Carlos Lindenberg

Mathias Olympio.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Othon Mauer.

Lineu de Mattos.

(***) Novaes Filho.

Domingos Velasco.

SUPLENTE

Gaspar Velloso.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Lineu Prestes.

Mem de Sá.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.

(**) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(***) Substituído temporariamente pelo Sr. Luiz Guedes.

Comissão de Redação

- 1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
 - 2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente. (1)
 - 3 — Argemiro de Figueiredo. (2)
 - 4 — Saulo Ramos. (3)
 - 5 — Sebastião Archer.
- (1) Substituído, interinamente, pelo Senador Públio de Mello.
 (2) Substituído, interinamente, pelo Senador Sylvio Curvo.
 (3) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
 Secretária — Cecília de Rezende Martins.
 Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino.
 João Villasboas — Vice-Presidente
 Lourival Fontes.
 Bernardes Filho.
 Gilberto Marinho.
 Benedito Valladares.
 Auro Moura Andrade.
 Gomes de Oliveira.
 Ruy Palmeira. (1)
 (1) Substituído provisoriamente pelo Sr. Daniel Krieger.
 (2) Substituído provisoriamente pelo Sr. Fausto Cabral.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs
 Secretário: J. B. Gastjeon Branco

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente
 Alo Guimarães — Vice-Presidente.
 Pedro Ludovico.
 Ezechias da Rocha.
 Vivaldo Lima
 Secretário — Diva Gallotti.
 Reuniões — Quartas-feiras às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.
 Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
 Sylvio Curvo.
 Leonidas Mello.
 Fausto Cabral.
 João Arruda (1).
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Otacilio Jurema.
 Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
 Cândido de Castro — Vice-Presidente.
 Alencastro Guimarães.
 Jorge Maynard.
 Pedro Ludovico (2).
 Sá Pinoco
 Sylvio Curvo (1).
 (1) Substituído temporariamente pelo Senador Mário Motta
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Ary Vianna
 Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas
 Secretário: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
 Gilberto Marinho — Vice-Presidente
 Ary Vianna.
 Sá Pinoco
 Cândido de Castro.
 João Mendes
 Mem de Sá.
 Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos
 Reuniões: às quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novaes Filho — Presidente
 Neves da Rocha — Vice-Presidente.
 Sá Pinoco
 Ary Vianna.
 Coimbra Bueno.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Luiz Guedes.
 Secretário — Francisco Soares Arruda.
 Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais
De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente
 Atílio Vivacqua — Relator
 Filinto Müller.
 Secretário: José da Silva Lisboa.
 Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

Mathias Olympio — Presidente.
 Domingos Velasco — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.
 Parsifal Barroso.
 Coimbra Bueno.
 Ezechias da Rocha.
 Secretário Francisco Soares de Arruda.

Reuniões: Sextas-feiras, às 15 horas

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário

João Villasboas — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
 Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
 Lameira Bittencourt.
 Francisco Arruda — Secretário.

Comissão Especial designada para opinar sobre a denúncia oferecida contra o Procurador Geral da República, Sr. Carlos Medeiros da Silva

Cunha Mello — Presidente.
Lameira Bittencourt — Relator.
Argemiro de Figueiredo.
Sebastião Archer.
Fausto Cabral.
Novaes Filho.
Lino de Mattos.
Mourão Vieira.
Maric Mota.
Prisco dos Santos.
Gaspar Veloso.
Atílio Vivacqua.
Moura Andrade.
Ary Vianna.
Alvaro Adolpho.
Novaes Filho.
Secretário — Micio dos Santos Andrade.

De Mudança da Capital

Coumbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini, (1).
Lino de Mattos.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primo Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga.

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

Gaspar Veloso — Presidente.
Badoar Junior — Vice-Presidente.
Rui Carneiro — Relator.
Abguar Bastos — Revisor.
Senador Lima Guimarães.
Senador Argemiro de Figueiredo.
Senador Atílio Vivacqua.
Deputado Chagas Freitas.
Deputado Falcão Maia.
Deputado João Menezes.
Secretário — Francisco Soares Aranda.
Reunião — Quartas-feiras.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Francisco Gallotti.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Médier.
Kerginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.
Ernan: Sá — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Varso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Mourgo Leite.
Sylvio Sarson.
Lourival de Almeida.
Samundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1 de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Veloso.
Saulo Ramos.
Lourival Pontes.
Caetano de Castro.
Argemiro de Figueiredo.

Daniel Krieger.
Mem de Sá.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
João Villasboas.
Sá Pinco.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Later — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Japanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Femto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coumbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

ATA DA 1.ª SESSÃO PREPARATÓRIA DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 10 DE MARÇO DE 1958.

PRESENCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E LIMA TEIXEIRA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Lameira Bittencourt — Sebastião Archer — Victorino Freire — Publio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leônidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacílio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novaes Filho — Nelson Firmino — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Lourival Pontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Atílio Vivacqua — Ary Vianna — Paulo Fernandes — Arlinda Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caetano de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Velladas — Lino de Mattos — Domingos Velasco — Sylvio Curro — João Villasboas — Filinto Müller — Gaspar Veloso — Nereu Ramos — Saulo Ramos — Daniel Krieger — Mem de Sá — (50).

O SR. PRESIDENTE:

Há na Casa 50 Srs. Senadores. Está aberta a sessão.

De acordo com o art. 3.º e seu parágrafo único, do Regimento Interno, assim se vai proceder à sessão de hoje.

"Art. 3.º Nas sessões legislativas ordinárias subsequentes à inicial de cada legislatura, realizar-se-á no dia 10 de março, às 14 horas e 30 minutos, com a presença, pelo menos, de dezesseis Senadores, a primeira sessão preparatória, sob a direção da Mesa eleita para a sessão legislativa anterior.

Parágrafo único. Verificado o quorum referido no art. 33 deste Regimento, proceder-se-á à eleição do Vice-Presidente do Senado, e, em segunda sessão preparatória no dia seguinte a dos demais membros da Mesa".

Não há expediente nem ata a serem lidos.

Havendo número legal, passa-se à eleição do Vice-Presidente do Senado para o período legislativo de 1958

Suspendo a sessão por cinco minutos a fim de que os Srs. Senadores possam munir-se de cédulas.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 42 minutos e reaberta às 14 horas e 47 minutos sob a presidência do Sr. Lima Teixeira).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão. Vai proceder-se à eleição do Vice-Presidente do Senado.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Lameira Bittencourt. — Victorino Freire. — Publio de Mello. — Waldemar Santos. — Mathias Olympio. — Leônidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Ruy Carneiro. — Octacílio Jurema. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Salles. — Novaes Filho. — Nelson Firmino. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Lourival Pontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Atílio Vivacqua. — Ary Vianna. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caetano de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Velladas. — Lino de Mattos. — Domingos Velasco. — Sylvio Curro. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Veloso. — Nereu Ramos. — Saulo Ramos. — Daniel Krieger. — Mem de Sá — 45.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os nomes dos Srs. Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes).

O SR. PRESIDENTE:

Vai proceder-se à apuração. São recolhidas 45 sobrecartas, que, apuradas, dão o seguinte resultado: Apolônio Salles 43 votos
Filinto Müller 1 voto
Em branco 1 voto

O SR. PRESIDENTE:

Proclamo eleito Vice-Presidente do Senado o nobre Senador Apolônio Salles.

Convido S. Ex.ª a assumir a Presidência.

(Assume a Presidência o Senador Apolônio Salles. (Palmas prolongadas).)

O SR. APOLÔNIO SALLES:

Lê o seguinte discurso: Senhores Senadores: Confesso-me senhores Senadores, profundamente sensibilizado com o gesto generoso que tiveram para comigo, escolhendo-me para mais uma vez, como Vice-Presidente do Senado, dirigir os trabalhos desta Casa. Tanto mais profunda e esta minha emoção, quanto sei que é do conhecimento de VV. Exas. achar-me eu ao final do meu mandato, sendo até muito provável que no ano vindouro já nem mais possa fruir o honroso e agradável convívio, que durante tantos anos para mim se constituiu um merecido privilégio.

Vejo em VV. Excias, Senhores Senadores de todos os Partidos, lídimo e autênticos expoentes do pensamento político, cultural e moral dos Estados que VV. Excias. representam. Envaldeço-me por verificar e sentir, na proximidade dos preclaros companheiros, como alta é a posição atingida pela evolução democrática da Pátria, em todos os setores de sua estrutura política.

Do Amazonas ao sul do País, pelo exemplo que Vossas Excelências tra-

zem à ribalta exalta do Senado, percebe-se que se atingiu a maturidade política da Nação na incansável procura, e árdua luta, pelas mais puras conquistas da vida democrática.

Merecer de Vossas Excelências, expressões deste aprimoramento político, a escolha para o posto a que me indicaram, é mais que satisfatório, arrebatada toda a minha consciência e me impelle para os mais veementes protestos de agradecimento e de gratidão.

No lugar que me confiaram encontrarão um companheiro disposto a não medir sacrifícios, e a não regatear renúncias, a serviço das diretrizes que as leis e os costumes da Casa impõem como tradução da vontade soberana de Vossas Excelências.

Diz-me a consciência que assim tem sido o roteiro que palminei nos postos que venho ocupando. Diz-me o coração entretanto que é esta a estrada larga que hei sempre de trilhar e, no caso, artimado ainda pelo poderoso e irrecusável imperativo da retribuição à prova de confiança que de Vossas Excelências acabo de receber.

Dirijo-me a cada um dos Partidos que sufragaram o meu nome, pedindo que tenham como certa a pureza dos meus propósitos e a reidão da minha atitude.

Nesta Casa, sem quebra e sem violências às diretrizes partidárias de cada grupo, criou-se um ambiente de cordialidade e de harmonia, em que não há lugar para injustiças e parcialidades.

Proclamo aqui, com a experiência de dois anos, neste enlejo emocional, que de Vossas Excelências Senadores de outros Partidos, que não o meu, só tenho recebido leal e prestígio cooperação. Por as divergências se fizeram ouvir mais alto do que os propósitos comuns, que todos tínhamos e tentas de melhor rendimento e eficiência nas tarefas confiadas ao Senado.

Pego a cada um dos líderes destes Partidos que traduzem aos seus ilustres liderados o meu reconhecimento sincero, pelas inúmeras provas de atenção e carinho no trato comum de dois anos de vice-presidência do Senado. Mas que também se certifique de como e profunda a minha emoção agora pelo sufrágio generoso com que me agram por mais um ano a tão elevada investidura.

A Vossas Excelências, Senhores Senadores do Partido Social Democrático, em cujas fileiras e sob cuja bandeira gloriosa, modestamente, embora, tenho militado sem interrupção desde os saudáveis e distantes dias de minha juventude, a Vossas Excelências, na pessoa de seu estimado líder Senador Filinto Müller, também o meu agradecimento.

Testemunho a colaboração recebida dos queridos companheiros de Partido, na condução dos trabalhos da Casa. Colaboração que foi sempre uma afirmativa de conduta imparcial e desapaixionada.

Sem dificuldade encontrei e encontro na inspiração de tão leais companheiros a senda larga do cumprimento dos meus deveres.

Deixem agora, Senhores Senadores que, neste último ano de tão alta investidura, volva, tal como o fiz na primeira vez, o meu pensamento para a minha terra distante. Para Pernambuco de que recebi desvanecido a fama e dignificante incumbência de representá-lo numa das cadeiras do Senado.

Deixem que leve a crédito da minha querida província, com a emoção de um filho devotado e humilde, todas as provas de consideração e apre-

co que de Vossas Excelências venho recebendo até hoje e que, agora, culminam neste instante emocional de minha carreira parlamentar.

Nas páginas da história da minha terra, repassadas dos episódios mais eloquentes de fidelidade ao Brasil, descubro mil razões de orgulho. Descubro porém ainda motivos maiores de estímulo para que, no desempenho das missões que me cabam, só um pensamento me empolgue: — o integral devotamento ao serviço da pátria.

E' com este pensamento que aqui me acho e assim ousou aceitar o encargo que Vossas Excelências me confiam.

Meus mais profundos, emocionais e sinceros agradecimentos. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)* *(Pausa).*

O SR. PRESIDENTE:

Convidando os nobres Senhores Senadores para a segunda sessão preparatória, amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, a fim de que se complete a Mesa do Senado Federal, considero encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 5 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND, NA SESSÃO DE 27 DE JUNHO DE 1956. QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

Senhor Presidente, suponho que a Casa terá tido enseja de ler um estudo que o presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados, vem de publicar. É um rápido transito da posição financeira do país. Tira o Sr. Israel Pinheiro as conclusões que comporta a derradeira lei da despesa, a qual tornou a situação das finanças federais mais difícil e mais delicada do que dantes.

O Brasil deve ao Sr. Israel Pinheiro serviço que não poderá esquecer. Foi o presidente da Comissão de Orçamento da Câmara, a sentinela vigilante, dentro do Partido Republicano Mineiro, a dar a voz de alarma contra a estagnação em que apodrecia a velha organização montanhesa, antes dela tomar a iniciativa de adotar o voto secreto na órbita estadual. Quando chega Antonio Carlos e entra a perfilar a série de medidas que rejuvenesceram ambiente cívico e partidário de Minas, dois valorosos paladinos já haviam começado a transformação dos costumes democráticos, que necessariamente ali se tornara: Israel Pinheiro e Melo Viana. Um e outro agiram com decisão dentro do seu Partido, conquistando o ascendente que mereciam alcançar para decisão que tomaram de revelar ao Brasil os germes de impaciência que havia no P. R. M. em busca de um regime mais estável e de mais autoridade pela decência dos seus costumes e pela agressividade das suas reformas no campo do revisionismo democrático.

No plano econômico, deve-se ao presidente da Comissão de Orçamento o êxito de um trabalho que ninguém obteve de Getúlio Vargas. Foi ele quem, como secretário da Agricultura de Minas, chegou a convencer o ditador do Estado Novo da urgência da fundação da grande siderurgia no Brasil. Até 1938, Getúlio Vargas, insistindo nas doutrinas insensatas de Clodomiro de Oliveira, se batera pela pequena siderurgia em Minas. Seu governo durante mais de sete anos foi, de todo o ponto de vista, estéril, quanto à expansão da metalurgia do aço, iden-

tificado com o líder selvagem, da siderurgia mirim, no Brasil. Getúlio Vargas transformou o minério de ferro que é como o petróleo, uma mercadoria internacional, um artigo verde-amarelo tal qual fizera ôle no governo do Rio Grande, com o carvão local. Não foi possível dobrá-lo até que aos primeiros meses de 1938, o Sr. Israel Pinheiro, assessor de Vargas, numa estação de cura em São Lourenço, concedeu uma entrevista confirmando a importância da grande siderurgia para a expansão industrial do Brasil. Com a flexibilidade que lhe é peculiar, o secretário, da Agricultura de Minas Gerais logrou trazer o ditador para linha justa. Veio a seguir Volta Redonda.

VARIEDADE DE RECURSOS

É injustificável que o Brasil com a variedade de recursos de zonas geográficas que ele tem, podendo escolher os tipos de produção que quiser desde o equador, na Amazônia, até as regiões subtropicais de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, ainda adquira duzentos milhões de dólares de artigos de alimentação. Eu não sustento que ainda se possa aqui fazer cultura de produtos de alimentação comercial. A prodigiosa expansão da lavoura norte-americana, a ampliação dos recursos financeiros do Plano Marshall na Europa, e do Ponto Quatro na Ásia e na África, tornaram os mercados do Velho Mundo praticamente intransitáveis às atividades cerealíferas, em massa da Argentina, do Brasil e outros países latino-americanos. Que diferença entre os dias de hoje e aqueles do "dollar-gap", que se sucederam, logo após o desfecho da guerra, em 45! A humanidade jamais esquecerá estes anos, infelizes na vida do planeta, em que, graças à cooperação norte-americana, a Europa ocidental se levantaria, pode dizer-se, curada das feridas da segunda grande guerra, com uma produção industrial, em 1954, 50% superior à de 1938, e com uma produção agrícola 30% mais elevada, em idênticos períodos. A produtividade sobre de 15 a 20%, em comparação a 1938 com 1954. As exportações europeias se elevam de 70% tomados os anos de 1938 e 1954, como pontos de cotejo.

Dêse modo, os celeiros que éramos, deste lado do Atlântico, aberta o potencialmente, da Europa, perderam, aos 1945, muito da sua influência. Se esperança poderemos nutrir de nossa volta aos mercados da Europa, não haverá de ser mais com trigo, milho, ou arroz, em massa, e sim por que aqui não se substituiu, em do subsolo. Até hoje não entendo porque aqui não se substituiu, em grande parte das nossas rações alimentares o trigo pelo milho e pelo arroz que são dois cereais peculiares ao nosso meio físico.

Sou partidário, senhor presidente de um método de valorização das nossas riquezas essenciais, o qual muito diverge das condições de desordem em que habitualmente aqui se trabalha.

Se o Brasil é café, açúcar, arroz, sisal, milho, lá, borracha, algodão, pimenta do reino, juta, sementes oleaginosas, ferro, bauxita, carne, intensifiquemos o nosso esforço agrário, animal ou extrativo, no sentido desses cereais e dessas matérias-primas, ou dessa pecuária, aperfeiçoando ao máximo o nível de produção ou de extração deles e delas.

Insisto em dizer, senhor presidente que situando a industrialização no primeiro plano das nossas preocupações, deixamos-nos de interessar pela terra e pelo agro. E o despovoamento das fazendas cada vez maior, juntamente com a fascinação das cidades. Não é o campo abandonado só em razão da atração urbana, senão

também pela ausência do interesse proporcionado ao trabalhador rural. Que pode prender o homem do interior à gleba se ele vive dissociado da prosperidade do fazendeiro ou do silitante? O problema do ausentismo nas fazendas já se vem tornando crônico por isso. Torna-se indispensável, antes de tudo dar ao trabalhador o mais possível, a situação de meio ainda quando ele não tenha dinheiro. Urge que exista no seu espírito o poder de iniciativa. Nas quatro propriedades rurais dos "Diários Associados", em São Paulo e Minas o número de trabalhadores associados aumentou de ano em ano. Temos trabalhadores que tiram líquidos, 80, 100 mil cruzeiros anuais. Assim, ligado o trabalhador à expansão da fazenda, ele não experimenta, salvo exceções, a tentação de abandoná-la. No caso das fazendas Associadas é preciso reconhecer que o nosso quinhão de ganho não hesitamos em devolvê-lo integralmente à terra em melhorias de toda a natureza, inclusive material de irrigação e respectivos açudes, para assim valorizar-se cada vez mais os bens da comunidade.

Sem água não existe agricultura nos trópicos.

ABANDONADOS ARTIGOS DE BASE

O Sr. Lima Teixeira — Apolado! A integração do trabalhador na vida do campo somente é possível dando-lhe o interesse a que V. Ex.^a se refere.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É mais do que isso: obrigando o fazendeiro a preocupar-se com a prosperidade da sua gleba. É a melhoria da qualidade da produção elemento fundamental da estabilidade de qualquer domínio rural.

Desconheço outro país, com a classe que já atingimos onde os artigos de base da sua economia se encontram tão abandonados. O ideal numa economia será concentrar a iniciativa nacional em poucos produtos, mas bem trabalhados. Foi toda a vida em São Paulo, Sul e Mata de Minas e Espírito Santo, pela monocultura do café. E admirável o exemplo de Porto Rico. Os homens da Ilha excluíram uma série de produtos da terra, em que ali trabalhavam para se fixar na cana de açúcar e somente nela o interesse deles. Em conclusão, a riqueza canavieira em Porto Rico é uma das mais completas do mundo. Ela é o polo de atração das outras fontes de riqueza que somam um total de mais de 400 milhões, na pauta das exportações visíveis e invisíveis portorriquenhas. Porto Rico exporta mais de um milhão de toneladas de açúcar.

Por que o Brasil não fez outro tanto com o café, perdeu as duas hegemonias dele, a da quantidade e a da qualidade. Disposmos de terras férteis, opulentas de umidade para produzir café quase com o mesmo "flavour" que os da Colômbia e da América Central. E por que não produzimos? Porque até hoje não se cogitou aqui de sustentar a nossa posição de primeiro país cafeeiro do mundo. Perdemos-la, por falta de qualidade na produção nacional, enquanto Porto Rico fomenta no açúcar uma riqueza, da qual lhe cabe a hegemonia no Mar das Antilhas e no Mar das Caraíbas; e em toda a América Central. E o Brasil um desajustado deplorável do seu próprio destino.

Queremos indústrias a todo transe, olvidando que elas exigem importação de maquinaria, que se desgasta. E todavia, Porto Rico encontrou na plenitude da sua lavoura e da sua indústria canavieira, a razão de ser da prosperidade insular. O Brasil, porém, quase abandonou o café, o algodão, as lãs para tentar transferir-se em país estrangeiro, quando faltam às suas terras condições básicas

para a plantação racional desse cereal paupérrimo, e que hoje se dá de graça, a bem dizer no mundo.

CONCEITO BAIXO

O "Match", de Paris, inseriu faz pouco, um anúncio do Café Martin. O seu proprietário assegura a boa qualidade do artigo dizendo: A minha mistura é boa porque não tem café do Rio, Vitória, Paranaguá, nem de Minas, ou São Paulo, embarcados no Rio". Até onde baixou o conceito da produção cafeeira do Brasil! Quase todos os lotes são refugados, sob o fundamento da má qualidade da erva matéria-prima. Acrescente-se à má qualidade do café, a péssima do algodão. Na Bolsa de Mercadorias de Bremen, o nosso algodão já não é mais cotado. Se alguma coisa se está tentando nos nossos cacauais, é o esforço do IBEC, no sentido da erradicação das árvores baianas, da podridão parda! A defesa vegetal, empreendida pelos dois governos, o federal e o estadual, ainda é diminuta, limitada à pequena percentagem da região contaminada.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O Instituto do Cacau da Bahia tem prestado relevantes serviços à lavoura cacauelira. Logo que surgiu a praga a que Vossa Excelência se refere...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É praga braba.

O Sr. Lima Teixeira — ... teve ensejo o governo do Estado, de adquirir o "Prosan", empregado largamente na zona sul.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em muitíssimo pequena escala: sete milhões de cruzeiros, apenas, foi a maior receita aplicada, numa partida para 12 meses!

O Sr. Lima Teixeira — ... onde produziu os maiores resultados, amenizando muito a situação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.^a sabe que o cacau que tem a Bahia, e como ele ali floresce. Somente os lucros auferidos nessa riqueza, é que têm sido enormes, em vez de empregados na melhoria das fazendas, são desviados para outras aplicações, muito menos reprodutivas, na capital.

O Sr. Ruy Carneiro — Ganha-se dinheiro na lavoura e aplica-se em arranha-céus.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nos grandes e pequenos centros do Brasil urbano é isto. O dinheiro é puxado dos campos para alimentar a vida parasitária das cidades. É uma praga nacional. Ganha-se dinheiro na lavoura, na indústria e, em vez de fortalecerem essas forças de produção utilizamos os lucros no voluptuário, no supérfluo. Observe a Casa a última praga que está invadindo o Brasil, de fábricas de automóveis de passeio.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a referiu-se, há pouco, às fábricas de automóveis. Recentemente, tive oportunidade de visitar a Fábrica Nacional de Motores, que está construindo caminhões F.N.M.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Caminhão é outra coisa. Ainda é um erro; porém mais tolerável que os zebus de cimento armado.

O Sr. Lima Teixeira — Os caminhões de produção nacional, porém, só são em 80% das peças que compõem o veículo: o motor Alfa Romeo, é importado da Itália.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.^a não ignora o que foi essa

fábrica outrora. Um desastre inmensurável desde o princípio.

O Brasil ia fabricar motores para 50 ou 100 aviões. Haverá imbecilidade mais chapada?

UM ERRO

O Sr. Lima Teixeira — Foi instalada a fábrica em apêgo para produzir material de aviação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É exato: motores. O que foi um erro. O Brasil ainda não pode a esta altura sustentar nenhuma usina de motores, tão pequeno é o seu consumo. A fábrica de motores da Raiz da Serra foi o mesmo desastre que a outra de Lagôa Santa, para fabricar aviões tipo North American. O segredo dos preços baixos da produção industrial contemporânea é a fabricação em massa. Um pequeno mercado produtor só pode vender caro um produto industrial da categoria do automóvel, do caminhão, do motor de avião ou do avião do tipo North American. O que barateia a produção em série é a quantidade. A que preço não sairia um motor de 450 cavalos, para uma fábrica destinada a entregar ao mercado apenas 100 ou 200 dessas peças por ano?

Melhor negócio, em país como o Brasil, será produzir matérias primas em quantidade para vendê-las a nações ricas, como a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos ou o Canadá. Com um câmbio favorável, produto de um trem de vida áustero, teremos automóveis, caminhões, aviões, três vezes em melhores condições do que fabricando-os aqui, em séries desprezíveis, como quantidade.

Quando o Sr. Getúlio Vargas me anunciava um dia, no período da guerra, a sua disposição de ter uma usina de motores para aviões e outra de fabricação de North American, eu lhe retorqui com toda a franqueza, que em grave erro incidia o poder federal.

— “Já pensou V. Ex.^a em quanto ficarão esses motores e aqueles aviões?” — perguntei ao presidente. “Na ínfima quantidade em que vão ser produzidos, custarão os olhos da cara. Melhor andaríamos, empregando esta soma na compra de fábricas de adubos. Sugiro a V. Ex.^a que ofereça estes recursos a dois ou três industriais paulistas, mineiros ou gaúchos, homens de boa reputação para que eles explorem os nossos fosfatos. Pois onde se faz agricultura no Brasil os solos estão se exaurindo. São Paulo e Minas andam, agricolamente, como duas calamidades. O café e o algodão são ambos plantas exaustivas. Cumpre restaurar o solo que as recebe, para que elas tenham níveis comerciais de produtividade e de qualidade”.

O Sr. Lima Teixeira — É evidente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É fora de dúvida que, quanto mais volvemos as costas à lavoura, a pecuária e às indústrias extrativas, mais nos debilitamos economicamente. Sem agricultura saudável, não existe Brasil em ordem. Por que o Sr. Kubitschek, malgrado os desastros do Congresso, que lhe deu um orçamento desequilibrado de 32 bilhões de cruzeiros, governa em meio calmo? É que o café — que é o nosso fígado — está funcionando em ordem. Sem embargo de duas safras geadas no Paraná, duas secas consecutivas em São Paulo e Minas, a entrada de divisas é o que há de promissor. Só pela via do café, chegam mais de 100 milhões de dólares mensais, e é isto que permite a situação de relativa folga que temos no nosso mercado de importações. É verdade que essas foram muito reduzidas, pela conduta severa do ministro da Fazenda e da SUMOC. Seja, porém, como for, o mercado

de divisas desde a guerra que não foi mais fecundo.

Se os brasileiros têm um Pai de Santo, esse Pai de Santo é o café. Agora, ele desceu ao terreno. O café, neste século, equivale ao que era o açúcar nos séculos XVII e XVIII, quando se descobriu que a cana tinha mais sacarina que a beterraba.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como não.

SITUAÇÃO DO AÇÚCAR

O Sr. Lima Teixeira — A situação do açúcar é, agora, muito diferente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não resta dúvida. Diferente para melhor. Para ser o que ele nunca seria no passado. Jamais se produziu tanto e tão criminosamente. Os paulistas nos ameaçam o ano vindouro com uma safra de arrepiar couro e cabelo. Esmeram-se 18 milhões de sacas: 6 milhões a mais do que Pernambuco. E tudo isso à custa de uma destruição implacável de fazendas inteiras de café. Não sei de outro delito tão bárbaro, cometido por uma comunidade inteira. Há municípios, este ano, onde em vez de se regenerarem as terras do café, se abateram mais de dois milhões de árvores. É uma insanidade o que fazem os paulistas. Suoícho que na história econômica das nações, não existe outro atentado mais cruel e mais funesto.

O Sr. Lima Teixeira — Está-se iludindo o café para adotar o açúcar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É fato. O açúcar, em nossa pauta de exportação comparado ao café, equivale a barba de bode. Eis o que plantam hoje muitos paulistas.

O Sr. Lima Teixeira — Mas é o açúcar que sustenta o Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Temos aí outra situação, e que não é a mesma. O Nordeste não tem solo e muito menos clima para o café, senão de modo excepcional, ou seja, nas poucas altitudes com que ele conta em Pernambuco e Bahia. São, contudo, manchas de terreno. Ao passo que em São Paulo existe um meio físico de primeira ordem, para a cultura do café, e é a esse meio que os paulistas dão as costas, quanto ao café, e nele se integram com a economia canavieira. Angra, Leme, Ribeirão Preto, dão para cortar o coração de um patriota.

Em matéria de orientação rural, somos o que existe de desorientado. Quer ver a Casa um aspecto da nossa falta de recursos para o campo? O Brasil não sabe como procurar as culturas animais de que ele tanto carece, e das quais o milho é indiretamente um vasto reservatório.

Até hoje, senhor presidente, não entendi por que o nosso país não intensifica a sua cultura do milho. É não só a cultura como a industrialização desse cereal. É um vexame para nós outros filhos do continente que, como civilizações pré-colombianas, fundadas exclusivamente no milho, não haja proporcionado, a este cereal o grande papel que ele está destinado a ter na nossa economia doméstica, como já tem nos Estados Unidos. Em São Paulo e Minas, somos nas Fazendas Associadas produtores de milho e temos alcançado excelentes resultados com a sua exploração como criadores de suínos e de aves. Observável, entretanto, que a sua produtividade, tanto em Minas como em São Paulo é das mais medíocres. Ela é, de um modo geral, feita em condições de rotina feudal, tão baixos são os níveis de rentabilidade de fazendeiros e sítiantes.

SOLOS ÁCIDOS

Não me explico, senhor presidente, que São Paulo insista numa cultura inadequada aos solos ácidos, como o

trigo, e trabalhe tão pouco na expansão daquela do milho. Não considero que a ausência de fósforo dos solos paulistas seja um impedimento ao desenvolvimento do milho entre nós.

O café também reclama fósforo de que o nosso solo dispõe em pouca quantidade, e aí está São Paulo como o campeão brasileiro do café. Não vejo maiores dificuldades na fertilização das nossas terras com parcelas de fosfatos. Tudo depende da produtividade que dermos aos solos empregados no cultivo do milho.

Nenhum homem de governo até hoje abordou entre nós o processo da industrialização do milho e seus derivados. Poder-se-iam criar suprimentos alimentares consideráveis para o nosso povo, e como tal prescindindo do trigo muito menos rústico e muito mais caro, apenas tomado o milho como uma das maiores fontes de riqueza do Brasil.

Um homem que tem idéias excelentes acerca do milho é o Dr. Renato da Costa Lima, antigo secretário da Agricultura de São Paulo. Ele quer sempre mais alguns plantadores de milho, porque mais milho colhido será mais milho refinado e, portanto, uma marcha para o aproveitamento do nosso maciço potencial milheiro.

O Sr. Lima Teixeira — Milho produzindo porco, é uma boa idéia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço aos nobres colegas a preciosa colaboração que trazem nos seus apêndices lúcidos e ágeis. Somos um estabelecimento de agitadores de debates. Sinto-me, portanto, grato que aqueles que suscito tantos e ilustres companheiros da Casa, rebatem a argumentação que desenvolvo, com o vigor das suas idéias e dos seus conhecimentos do problema do país.

O Brasil, Senhor Presidente, que empreende uma nova disciplina do trabalho, ou se condena a si próprio a desaparecer. Uma nação que tem os mares, rios, lagoas, com que conta o Brasil para seu transporte de mercadorias, e os abandona para se servir, em longuíssimos percursos, do caminho e estradas de rodagem, ou não tem peritos para calcular custos de despesas, ou não tem administradores. Donde resulta a grave crise por que passam o comércio marítimo, fluvial e lacustre do Brasil, senão do seu próprio governo, exclusivamente dele. O Regulamento das Capitâneas, de si, já constitui uma aberração administrativa. Um navio estrangeiro, de quatro mil toneladas, que aboca aos nossos portos, opera no mar e no cal de atracação com uma tripulação que é por via de regra, um terço das nossas. Contava-me, um destes dias, um amigo que fretara três navios para fazer o tráfico de mercadorias, entre o Rio Grande do Sul, Santos e Rio. Os seus barcos arvoravam a bandeira do Panamá.

O Sr. Ruy Carneiro — É exato. V. Ex.^a já nos relatou o episódio. Era a bandeira panamenha que eles desfaldavam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eles traziam nove homens a bordo, nove marinheiros noruegueses. Uma vez, porém, que os cargueiros passaram a hastear o pavilhão do Brasil, entraram a operar 27 tripulantes em lugar de 9.

A nação urge por um governo de temperamento forte, para negar a montanha de absurdos e de desperdícios, que se pedem todos os dias ao Executivo e ao Congresso, em detrimento do bem-estar coletivo. O povo brasileiro já tem tempo de se dar conta do quanto o empobrece uma política que só pensa no proveito exclusivo de duas classes, com o sacrifício de todo o interesse geral. O

Estado brasileiro é, hoje, um monstro que devora as economias produtivas para distribuí-las, em grande parte, por uma burocracia semi-entrinçada, que só pensa em pedir aumento de ordenados, sentando-se como uma orçamentivora voraz à mesa das Comissões de Finanças do Congresso, para fazer todo o ano os seus vencimentos elevados de 30, 40, 50, 100, 200 e 300%. Haverá maior fator de entorpecimento da produção do Brasil do que os vícios horríveis desta máquina burocrática?

O Presidente da República e os partidos políticos, se tiverem o sentido das responsabilidades do momento, não precisam que eu lhes diga o que têm a fazer para tentar uma reforma do serviço público civil. É combater o que, em bases antieconômicas, por aí aparece, como tabelas de ordenados e vencimentos do funcionalismo civil e militar, a fim de aniquilar a organização estatal. Não tenham receio de promover um método valente de reação a tantos abusos, e de depuração de vencimentos superiores aos meios do Erário.

NEGANDO VERBAS

O Sr. Ruy Carneiro — De maçaco e tudo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — ... negando, impiedosamente, verbas, assim como aumento de verbas, para coisas pessoais, a ponto de se dizer que 63 anos após a morte de Pedro II, vemos instalada neste país uma nova e autêntica família imperial, mais dura, em suas exigências, do que a outra que se foi. O povo brasileiro vive sob a opressão de uma burocracia que o esmaga. Este povo carioca amanhece no dia 1 de cada mês, tendo que entregar 700 milhões de cruzeiros, só para se pôr em dia com o funcionalismo da sua municipalidade. É uma verdadeira ditadura municipal, exercendo uma opressão desesperadora sobre o contribuinte da cidade. A Prefeitura nada pode emprender como serviços públicos. Devora-lhe tudo uma burocracia rapace, incompetente e em sua maioria toda ela de fundo eleitoralista.

Estamos submetidos ao jugo do Estado-providência. É a hipnose do poder. Toda gente apela para o Estado e este, a fim de satisfazer a tantos apetites, se transforma no poder absoluto que come por dentro o nosso.

Que legitimidade se pode arrogar um Estado destes, o qual de democrático só tem o nome? As suas autoridades federais, estaduais, conselheiros municipais, congressistas e executivos são constituídas por máquinas eleitorais. Uma vez postos no poder os seus agentes, essas clientelas apresentam-lhes as contas. Elas agem para que todo o dinheiro dos contribuintes lhe seja entregue, sob a forma de empreitada, de provimentos de novos empregos, de elevação de salários e vencimentos, nos serviços públicos e autarquias. Duvido possa existir no mundo de hoje, mais voraz e mais numerosa, em qualquer Estado, a classe de parasitas dos cofres públicos que ostenta vergonhosamente o Brasil. E o que é terrível não é que possa existir uma casta destas, senão que a tolere e a veja crescer todos os dias, uma opinião pública de resto apática, inerte, incapaz de chamar a contas os legislativos que as têm em pé de guerra, famintas, despidoras, desamparadas de qualquer consciência humana, e a assaltar os cofres estaduais, federais, municipais e autárquicos.

Os trabalhadores brasileiros não têm a assistência devida, em boa parte em consequência do varêjo, que o “mundo eleitoral” faz dos empregos nos Institutos de previdência. A arrecadação é pouca para sustentar os “mocinhos” do Rio de Janeiro que querem ganhar 20, 30 e 40 mil cruzeiros dos órfãos autárquicos.

não fizeram nada, absolutamente nada. Já institutos com 2^o procuradores. A quase totalidade das antigas não faz nada, senão receber o dinheiro.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Sobre V. Ex.^a quanto custam os países todos os institutos, as previdências, etc. em pessoal? Mais de quatro bilhões. Por aí se pode fazer ideia da que é o funcionalismo no Brasil. Já é funcionalismo, pois todos querem ser funcionários públicos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que é a triste demonstração da nossa incapacidade de trabalhar. Não sabemos exercer nenhuma das profissões liberais onde o indivíduo que de um labor honesto e remunerativo. Ficamos na cidade e, com orgulho, declaramos que o Rio de Janeiro tem três milhões de habitantes e São Paulo dois milhões e quinhentos mil. Conta-se que em São Paulo fazem cinco casas por dia. P's a quinta casa não é mais do que a expressão da indigência da metrópole. Se parte dos habitantes de São Paulo estivesse trabalhando no campo e com a mão o seu café, catando-lhe os defeitos como se faz na Colômbia, não haveria o de 15, 18 e 20 centos na libra do produto brasileiro, em relação ao da América Central, que hoje se verifica em Front Street.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte. V. Ex.^a é do Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pertencio a uma das regiões mais pobres do Brasil, que forma divisões e marcha para o exercício do funcionalismo público nacional.

O Sr. Lima Teixeira — Realmente, muito honra a V. Ex.^a o amor que tem pelo seu nordeste. Mas o nobre colega sempre faz cotejo com S. Paulo. Poderia expor o que deveria ser feito para fixar o homem no Nordeste?

REESTRUTURAR A DEMOCRACIA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Digo em duas palavras. Procuramos reestruturar a democracia brasileira. Criar, dentro de 20 anos, at a véz da educação, sobretudo a educação universitária, um homem novo, capaz de sentir as necessidades da Nação. Dêse homem novo sairão as elites apais a nos dirigirem, nos diferentes âmbitos geográficos nacionais. Sem liderança, ou melhor, um espírito de liderança, não há povo. Tendo o país elites políticas, automaticamente desaparecerão as Supunçias, montures de poderão, que são os organismos da República. Dispostemos os meios para fazer uma agricultura, fundada na genética, e a exploração racional dos solos. A Casa sabe que de um modo geral os solos tropicais são dos mais pobres do mundo, e o do Brasil não faz exceção ao seu destino de terra tropical.

Por que não se fixa o homem à sua terra, como bem interroga o nobre colega da Bahia? Por uma razão muito simples. Porque nos organismos da despesa da República através dos quais ganham os estatistas do Correio no interior dez mil cruzeiros mensais, não restam recursos para nenhum plano de irrigação. Não temos ainda agricultura irrigada como a possuem o México, a Venezuela, a Índia. Nossa lavoura não sendo irrigada, evidencia em toda a sua clareza, as razões das vicissitudes por que ela passa.

Tomem-se os planos de aproveitamento dos solos feitos pelos governos

nacionais na Venezuela, na Índia e no México. Dão para nos espantar. Aplicam-se anualmente, nesses três países, bilhões e bilhões de cruzeiros, apenas na fixação do homem à terra! Além do que vi em Guarico, onde se irrigam 14 34 mil hectares, o Governo da Venezuela tem um projeto novo de irrigação de 350 mil hectares.

Damos, porém, que se produza bem entre nós. E os transportes, sobretudo os marítimos.

O Sr. Lima Guimarães — Reconheço que os marítimos estão em condições as mais precárias.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A verdade não está aí. Precárias são as condições da navegação em si. Não existe mais calamitoso neste país do que o estado dos transportes marítimos. Lloyd e Costeira custavam o ano todo ao erário público federal, o primeiro, 521 milhões de subvencão, em função do "deficit" de exploração e a Costeira, 234 milhões, em virtude de idêntica margem entre receita e despesa. Este ano, com os aumentos de salários, o "deficit" do Lloyd se calcula, será elevado a pouco menos de 2 bilhões e o da Costeira, a perto de 1 bilhão.

Nenhuma dessas companhias, malgrado tamanha ajuda financeira, dispõe de eficiência técnica. Nossos serviços de transportes marítimos figuram entre os mais precários que tem o país.

Não há por que confiar na renovação do Lloyd nem da Costeira em mãos do Governo. Urge entregar, um e outra, a responsabilidade exclusiva de empresas particulares, vendendo o Estado o seu acervo a algumas das organizações existentes, e que têm tradição de disciplina e de ordem no seu negócio de transportes, pela regularidade dos serviços que apresentam. Inventam-se mil e uma explicações para o "deficit" das empresas de navegação do Estado, quando ela é só uma: a incapacidade do poder público entre nós para ocupar-se seja do que for, a principal da sua própria gestão financeira. Comparem-se os resultados sempre positivos do valoroso capitão do comércio marítimo, que foi Mario de Almeida, em suas duas companhias, com os negativos obtidos pelo Governo. Dava o comércio uma marcada e merecida preferência às empresas de Mario de Almeida pela eficiência e a puntualidade dos seus serviços. Nelas, em contraste com o Lloyd e a Costeira, não impediam a amargura das escalas de partida e da chegada dos vapores, bem como os roubos a bordo, que desmoralizam as duas frotas do Governo Federal. Os que recorrem aos serviços das empresas privadas entre nós, de bem-poucas-íguas se podem queixar, a não ser aquelas que escapam à sua supervisão, como a demora dos vapores, provocada pela estiva a bordo ou no cais. Quem não sabe que os governos aqui fazem toda a classe de concessões à estiva a bordo ou no cais. Quem não sabe que os governos aqui fazem toda a classe de concessões à estiva a bordo ou no cais. Quem não sabe que os governos aqui fazem toda a classe de concessões à estiva a bordo ou no cais.

Lloyd e Costeira não têm data de saída rumo de chegada. Funcionam os seus barcos ao Deus dará. Têm atrasos de partida de 12 a 15 dias. Nosso café é comprado muitas vezes da mão para a boca. É indispensável embarcá-lo com urgência. Fazê-lo sair para os Estados Unidos, o Uruguai, a Argentina, nos vapores do Estado brasileiro, será pura fantasia. Nenhum exportador se propõe fazê-lo, pela insegurança total dos embarques.

COTEJO HUMILHANTE

A maior vicissitude por que passa a economia brasileira, resulta da

fato de todo o operário brasileiro hoje, ter a pretensão de ser tratado pelo patrão como funcionário público. Quem assiste ao que o Congresso e o Executivo Federal fazem com os empregados públicos e das autarquias federais, poderá calcular o esboço de ruína a que vamos assistir, um que já estamos assistindo, das empresas privadas, com o seu pessoal exigindo tratamento idêntico aquele que é dispensado aos trabalhadores estatais em para-estatais. Lembre-se que o Estado tem um aumento de ordenado, o trem das reivindicações das entidades privadas se põe em marcha. Nada adianta dizer aos trabalhadores que o negócio onde eles trabalham irá tornar-se anti-econômico, como essa infeliz São João d'El Ray Mining Company, hoje cruelmente deficitária, por não haver imposto o Estado, com sucessivos aumentos de salários, uma folha de despesas incomportável pelos seus ganhos módicos. O que se chama em linguagem técnica, operação industrial, desapareceu da vida das companhias de tráfico marítimo. Elas estão pouco a pouco, saindo fora da órbita dos negócios, não cifram lucrativas, mas apenas estaveis, onde o capitalista ou o acionista, vivem em casa, isto é, sem ganhar nem perder.

Nada deixará os brasileiros mais cabalheiros do que o cotejo, um pouco mais a fundo, da situação das nossas empresas marítimas, com as estrangeiras, mesmo desta parte do hemisfério. No Lloyd e na Costeira, os quadros do pessoal são aterradores. Dia a dia, o Estado se revela um insensato maior, na aplicação dos recursos que ele tira do contribuinte para empregá-los em seus transportes. O Lloyd, para cada 100 toneladas brutas, o número dos seus tripulantes se define pela cifra de 145%. Na marinha mercante inglesa, a cifra acima se exprime pelo algarismo de 8,1%; na Bélgica, 8,3%; na Dinamarca, 8,9%; na Noruega, 3,1%. O salário no Lloyd é de 18.000 cruzeiros mensais, na Costeira, 16 mil. A tonelada média transportada na cabotagem, que era de Cr\$ 535,00 para o Lloyd e a Costeira, já alcançou Cr\$ 2.500,00. Os navios do Lloyd, cálculos que se referem só aos de cabotagem, permaneceram nos portos, em 1955: 50% em reparos; 27% de tempos em tempos em reparos; 3% por diferentes motivos; e só 20% navegando na cabotagem, no alto mar e na costagem. A cabotagem feita por navios estrangeiros, em 1955, foi de 80 mil toneladas. No ano vindouro, irá a 300 ou 400 mil toneladas. As condições criadas pelas exigências do pessoal marítimo entre nós, tornam o frete do mar, a bem dizer, proibitivo.

Transido, assiste o Brasil ao amquiamento da sua frota mercante. E não há tonelagem que a renove e a rege. Sob o efeito dos salários pagos pelo governo, a atividade dessas duas empresas estatais, é inteiramente anti-econômica. Não sentem os marítimos que a sanção que têm, não é outro senão a da perseguição de todos os trabalhadores e destruição do material. Os marítimos, conduzidos por líderes calamitosos e governos ganhanos, transformaram o negócio dos transportes econômicos e fluviais em vez de numa operação industrial lucrativa, numa exploração catastrófica.

Para completar, senhor presidente, essa dissecação dos serviços do Lloyd Brasileiro, ouça a Casa só esta coisa surpreendente: os escritórios do Lloyd só abrem às 11 horas da manhã.

Perguntar-se-á por que num país financeiro como o Rio e outro como São Paulo, não se organizam capitais para fazer pelo menos uma navegação de cabotagem à altura das na-

cessidades do Brasil? É possível que um país que já teve o comércio atlântico que possuía o cosco, se veja na contingência de assistir o presidente da República todo o mês viajar a Constituição, para autorizar o comércio de cabotagem com o pavilhão estrangeiro em nossas costas? Ape'a mesmo, em março último, o presidente da República permitiu a cabota, em navios estrangeiros, para o transporte de quatro milhões de sacos de açúcar, do Recife para o Sul do país.

Províncias como Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia já tiveram floccescentes empresas fluviais e marítimas, conduzidas pela livre empresa. Hoje, não se sentem mais com animo de renovar as suas antigas façanhas no oceano e no grande rio.

Que ocorre?

Simplesmente isto: sendo o Estado Federal o maior dispensador de fretes do país, quem pode enfrentar a competição de um transportador, o qual paga salários a média de 22 mil cruzeiros mensais ao seu pessoal? Está apto o governo a destruir qualquer concorrente, que se lhe apresente no ramo, como por sua vez esse concorrente começa que não pode sequer aparecer para enfrentar tão desastrosa concorrência.

Como frágeis seriam as suas armas de concorrência! Não darei mais um ano, que o Estado não faça com as companhias de navegação privada, aquilo que fez com estradas de ferro. Terá que fazê-las viver à custa de subsídios para pagarem os "deficits" que têm com os altos salários que pagam.

O Sr. Rui Carneiro — É bem verdade o que diz V. Ex.^a

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Atento a Casa ao problema ferroviário nacional, sob o aspecto do financiamento dos seus serviços. A não ser a Companhia Paulista, a Santos e Jundiaí e até certo ponto a Mogiana, o Brasil não tem mais estrutura administrativa de estradas de ferro, ou seja aquela estrutura de que os ingleses e franceses, os Srs. Assis Ribeiro, Eugênio Gudin e Manoel Leão levaram a Great Western e a Leopoldina e os americanos e franceses a Atchafal, a São Paulo, Rio Grande, e a Viação Ferreira da Bahia. Como é surpreendente a queda do standard técnico e das bases industriais do parque ferroviário brasileiro nos últimos vinte e cinco anos! A produção dita a dia se ressentida da baixa da categoria profissional das equipes que dirigem o parque ferroviário do país.

Deixou-se de trabalhar em bases industriais, ainda que pouco sofríveis, quanto mais satisfatórias, para operar em todas as estradas do governo federal em linhas puramente demagógicas. A exploração demagógica, trabalhada sob qualquer pretexto invade a esfera da atividade técnica para exercer a sua influência daninha em bases onde o que se trata é de disciplina do pessoal e da ordem de serviço.

REAPARELHAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO

Faz quatro anos que se apresenta entre o governo federal e o Export and Import Bank, o programa de começo do reaparelhamento das estradas de ferro, graças a um crédito de 100 milhões de dólares, suprido por esse estabelecimento.

Por que não sai o projeto da Rede Ferroviária Federal S. A., sugerido pelo Eximbank a fim de tirar o corpo das estradas de ferro nacionais à ação deletéria da demagogia estatal? Por mais humilhante e acabrunhado que pareça, o projeto não pôde ser aprovado logo no início da administração Vargas, por causa exclusivamente de um indivíduo, o único deputado co-

munista que havia no Congresso. Esse indivíduo sem classe, ameaçou o então líder do governo de uma campanha insidiosa e miserável no plano das relações americano-brasileiras. Acovardada, a administração federal engavetou o projeto, que não teve mais seguimento na Câmara.

Nas escolhas para a direção das estradas do governo, que se sucedem desaparecendo por completo o nível técnico. A aptidão profissional não entrou como na seleção das equipes onde predomina o fator das necessidades do serviço. Predominam por toda parte os interesses e as explorações partidárias movidos os dois para aturar os departamentos do pessoal de milhares de funcionários; inteiramente dispensáveis por desmerecimentos, de padrão profissional abaixo de zero.

Isto, senhor presidente, para não falar dos efeitos deploráveis da magia partidária na questão das tarifas. Outro fator do nosso pauperismo ferroviário decorre das tarifas, que ainda são baixas, e tomarmos os níveis da inflação que devasta o organismo financeiro do Brasil. Já não se fala dos serviços de reaparelhamento do material. Para aqueles mesmo de simples manutenção, as tarifas existentes são deficitárias. O sistema de transportes de terra deverá produzir este ano, segundo cálculos que tenho feito de neritos da despesa federal do Ministério da Fazenda um déficit de 12 bilhões. Em vez de se procurar cobrir pelo menos uma parte deste dinheiro em tarifas aumentadas e redução do pessoal, Congresso e governo se lançam a mais crimes: emissões e alargamento e melhoria da rede rodoviária, posto em construção, com as ferrovias, porque correndo em muitos casos, paralelas ao trilhos destas.

O Sr. Rui Carneiro. — Como resolveria, de momento, V. Ex.ª, a situação financeira do país dada, que ela revista a delicadeza a que alude o ilustre colega?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fosse eu Sr. dos destinos do poder executivo não hesitaria um instante em encetar a construção do parque ferroviário para exportação do minério em grande escala. Examinaria também com os americanos e os alemães, e hipótese de exportarmos goma, em lugar do minério, até um certo ponto. Lançar-me-ia no estudo e pesquisa do solo e nasso brasileiro e a revisão da nossa atual legislação a respeito das riquezas do subsolo. Tomaria o negócio do petróleo pelos chifres, como touro bravo, elaborando um movimento nacional de interesse pelo que fazem os países que fugiram à imbecilidade do monopólio estatal.

Cumprir pensar, quando se fala do Brasil, em termos de país de conformação geográfica destituída de maior riqueza.

Nós só podemos prever o nosso homem ao seu solo, à custa de sérias despesas com as nossas terras tropicais pobríssimas. Há que considerar antes de tudo o problema da água, no qual a Índia o México estão gastando bilhões de cruzeiros. Como, porém, gastá-los um país que não tem sobra de modéstia em sua vida burocrática? Como organizar a sociedade brasileira em bases estáveis, um poder político que despende 10 bilhões de cruzeiros só com mativos civis e militares — quase toda esta gente forte, robusta, moça, ganhando o que recebe à custa do suor do povo brasileiro, para não fazer nada? Como ter dinheiro para construir barragens, canais de irrigação, adquirir fosfatos e comprar reprodutores para formar rebanhos de bois, carneiros, suínos, com boa linhagem, um erário que despende 2 bilhões de cruzeiros de subsídios com as suas estradas de ferro e três bilhões com a sua navegação? Onde ir

buscar recursos financeiros um Tesouro que paga 15 mil cruzeiros mensais a um móço de convés (entre fixo e variáveis); 32 mil a um mestre de barca, na baía da Guanabara, e 90 contos a um piloto transatlântico; 12 contos a um graxeiro de estrada de ferro, no interior, e que aposenta bancários, com 25 anos de serviços, o que quer dizer com 42 ou 45 anos de idade?

Onde já se viu mais selvagem extermínio da magra riqueza produzida de uma nação, pelos seus mandatários? O comunismo, que jurou desarticular a sociedade brasileira, aqui não existe como governo, mas age por infiltração, como uma força do governo dentro do próprio governo.

Volto sempre a este caso do petróleo, porque os que querem fazer dele uma questão de soberania nacional, são estes mesmos nacionalistas fanatizados, que exigem as maiores regularias de um povo que não tem absolutamente com que pagá-las, senão emitindo cruzeiros, o que quer dizer, liquidando com a sua moeda.

Por que o governo do Brasil não faz com os jacobinos pantufas que pedem ao Estado grandes coisas e oferecem mesquinhos remédios, o que Stalin fez com os persas? Em 1948 pretendeu a União Soviética explorar o petróleo, recém-descoberto na província de Azerbaidjan. O governo do Irã se obstina em não consentir (et pour cause) o da Rússia penetrar na região do Mar Caspio, em território que não era soviético. Agastado, Stalin identificou a Roosevelt a resistência dos persas à proposição russa de tirar petróleo no Azerbaidjan, com estas precisas palavras, para as quais desejamos invocar a atenção dos homens públicos brasileiros:

“Em minha maneira de ver, toda a nação que guarda o petróleo nos seus depósitos, impedindo que ele seja explorado, trabalha contra a paz”.

REVOLUÇÃO DIRIGIDA

Teimaram os iranlancs em não dar a concessão que pedia Stalin. Dois anos depois estalava no Azerbaidjan uma revolução dirigida. Eram os rusos soviéticos que a urdiram e provocaram. Impotente para abafar o movimento, o governo do Teerã teve que se resignar ao surto de independência de sua província, a qual passava a gravitar na órbita da União Soviética. Logo se fez o contrato da extração, refino e distribuição do óleo, tudo a cargo da Rússia, que subscrevia 51% do capital da companhia contra 49% da Azerbaidjan. A cada 25 anos os papéis se invertem. Mas nos primeiros 25 quem manda em condição de maioria, são os rusos.

Bizarro espetáculo! O Soviet operando em petróleo, nos países estrangeiros na mesma composição de quadros dos acionistas que a Standard Oil, a Shell, a Creole e a Royal Dutch!

Aberto o caminho com os persas, em 1947 os chineses ficaram na boca. Vitorioso Mao-Tse-Tung, Stalin propôs-lhe um contrato a meia: 50% das ações da companhia sino-soviética para Pekim e 50% para Moscou. Interrogo os colegas filo-soviéticos, e que ninguém se constranja, por que a tese do “petróleo é nosso” advogada pelos nacionalistas brasileiros é nimiametne russa, inclusive o teor do slogan, mais para uso exterior:

— “Que mal haverá que o Brasil faça com ingleses, americanos, holandeses, belgas contratos para pesquisa, exploração e refino do óleo, não nas mesmas linhas daqueles realizados pelos persas e pelos chineses, porém em muito mais satisfatórias condições, pois que taremos o total das ações, e só o lucro dos poços positivos é que dividimos?”

Haverá testemunho mais idóneo para um nacionalista do que a opinião de Vargas, o qual queria a Petrobrás com a sua concessão, e as companhias nacionais e estrangeiras com as delas?

Não era ao meu ver perfeito porque preferia que a Petrobrás não existisse. Governo não é para fazer correr a loteria do petróleo.

O Sr. Lima Guimarães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Lima Guimarães — Julga V. Ex.ª que alguém, submetendo-se ao risco dessa espécie de loteria, sujeito a não encontrar petróleo, possa ter tal generosidade conosco?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Basta que V. Ex.ª leia os anais das tentativas de exploração do óleo pelos capitais particulares entre nós. Ainda há pouco tempo, o Sr. Café Filho, quando governo recebeu uma proposta idónea de trezentos milhões de dólares de capitais belgas, franceses e italianos, fundidos num consórcio.

Foi o negócio mais fascinante que vi para o Brasil. Os poços secos eram capital perdido pela companhia, e só os poços positivos eram entregues ao Estado Federal, como propriedade sua. O lucro do empreendimento só decorria da participação dos poços gordos. Havia risco, sério, da parte do contratante.

O Sr. Lima Guimarães — Então, eles trabalham arriscando tanto?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Perfeitamente. Para perfurar: a) poço seco, ficavam as despesas sob a responsabilidade da companhia; b) o poço positivo seria entregue à Petrobrás que daria à companhia que o achou, na exploração, a percentagem de benefício usual no mercado internacional do petróleo.

Sabe V. Ex.ª, Sr. Presidente, quanto, em nove anos as duzentas e oitenta companhias que exploram o petróleo no Canadá, despenderam em poços secos, isto é, dinheiro investido e não remunerado: foram oito poços secos para um molhado.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Ainda recentemente, no Texas tive ensejo de assistir a uma perfuração no Armstrong Ranch. Perguntei aos americanos que faziam a perfuração a que profundidade se encontrava a sonda. A três mil metros — responderam-me — adiantando: — Pensa o senhor que os resultados são sempre positivos? Não.

ADVERSARIO HONESTO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O colega é um adversário honesto, gosto da lealdade com que está falando, e que honra ao Senado. Em nome da nossa velha amizade, peço a V. Ex.ª, que cuze uma pequena história do meu *fait divers* de peregrino das Américas.

O Sr. Rui Carneiro — “Solicitação” de V. Ex.ª, que continuasse a contar-nos a história do Canadá.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ela é muito ilustrativa para nós outros. O Canadá, que é um Estado com cinco bilhões de dólares de orçamento, explora todo, mais todo, o petróleo na base da iniciativa. O capital aplicado nos negócios do petróleo já ultrapassa a três bilhões de dólares. Tendo descoberto o óleo faz nove anos, e estando às portas dos Estados Unidos, cuja indústria oferece inteiro apoio a todas as suas iniciativas, os canadenses só lograram extrair até hoje 350 mil barris

por dia. E o Canadá carece de mais de 600 mil. Se tal sucede no riquíssimo Domínio do Canadá, imagine-se o que não se deverá pagar na selva amazônica, sem estradas, sem portos, sem mercado de reposição de peças, ou seja, sem nada que secundem o homem com os seus instrumentos de civilização?

O Sr. Rui Carneiro — Vamos, volte ao Texas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O caso do Texas é a história de um brasileiro, habil manipulado de negócios e que enriqueceu durante a guerra, trazendo dos Estados Unidos, peças de automóveis para vendê-las aqui. Ele nasceu no interior de São Paulo. Vi-o, uma vez no aeroporto aqui do Rio. Terminada a guerra em 46, passou o viver nos Estados Unidos. Estabeleceu-se no Texas, onde havia comprado terras. Aconteceu que, nessas terras, aflorou o petróleo, e ele ficou rico. Aquilo que lhe custara duas patacas, dava agora para transformá-lo em pequeno milionário.

Um meu jovem amigo paulista, o Sr. Horácio Coimbra, o encontrou em San Diego. Ele mesmo pilotava o seu avião. Perguntou-lhe se estava satisfeito da vida que levava nos Estados Unidos. E ele respondeu-lhe:

— “Como não posso deixar de estar? Continuo brasileiro, e acionista de empresas de petróleo, da minha e de outras, no Texas, e não quero deixar de o ser — pois que não posso ser ao meu país. Sinto pena de ver tão curtas as idéias dos meus compatriotas”.

E é verdade, Sr. Presidente, idéias e mentalidades de fundo de galinheiro.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.ª dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Creio não ser necessário demonstrar que sou nacionalista, como os que mais o sejam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todos nós o somos. Quem não é pelo bem do Brasil? Há, porém, nacionalistas farisaicos, que o são para mal da pátria.

O Sr. Fernandes Távora — Desejo apenas declarar que se fala muito em nacionalismo; entretanto, já declarei e, agora, repito: enquanto o Brasil não mudar de sistema na pesquisa do petróleo, andaremos a remanchar dezenas e dezenas de anos e nada faremos.

TODOS NACIONALISTAS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ficaremos papagalando, a dizer isto, e isto só, na ponta do bico: somos aqui, todos, nacionalistas.

O Sr. Fernandes Távora — Não vejo motivo para nos opormos a que companhias, com certo capital, venham explorar nosso petróleo e fazer suas pesquisas das quais poderão tirar proveito ou, como na loteria, ter sorte branca. Quem perderá serão essas empresas, e não o Brasil. Por que não deixar entrar esses capitais, uma vez que o Brasil pode manter a sua soberania — e deve mantê-la seja a que custo for?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estou ouvindo com especial agrado as palavras serenas e justas de V. Ex.ª.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ande, queira dá-lo V. Ex.ª.

O Sr. Lima Teixeira — Também sou nacionalista, mas faço críticas em torno do problema do petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.^a é um nacionalista esclarecido.

O Sr. Lima Teixeira — Não compreendo como se possa explorar o petróleo, sem a participação do proprietário da terra.

VERDADEIRO CRIME

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Naturalmente é uma espoliação. É a miséria que se pratica dentro dos canaviais brasileiros.

Mis na terra de V. Ex.^a se pratica, em matéria de petróleo, coisa pior. O que se está fazendo no Recôncavo da Bahia é um crime. A exploração do petróleo no Recôncavo, tem todos os traços de um movimento predatório. Se fosse uma empresa estrangeira que estivesse explorando o que faz a Petrobrás ali, estou certo de que já teria sido expulsa. Tenta-se equilibrar a procura do que não se acha, com a exploração intensiva de um campo que explorado como vai sendo, dentro de poucos anos não terá mais que um interesse histórico.

Nunca se disse sobre a Bahia toda a verdade, e tampouco sequer uma parte dela.

A opinião pública está sendo ludibriada acerca do caso do petróleo do Recôncavo. Não há, por que ninguém se rejubila com o que se passa naquela pobre camada sedimentaria. Os propagandistas da Petrobrás sustentam teses as mais ridículas como fogo de vistas, para embair os ingênuos de mentalidade angelical.

O aumento da produção do Recôncavo, entre 1950 e 1954, foi de 651 mil tambores. Que vale, porém, esta cifra, se o deficit entre a mesquinha produção indígena de 32,5 milhões de tambores salta, quatro anos mais tarde, para 60,8 milhões?

O algarismo acima é de um ridículo atroz. Os americanos, com a livre empresa dentro de casa, têm uma produção diária de 6.600 milhões e a Venezuela de mais de 2 milhões. O Peru, que é um país petrolífero de ontem, está a caminho de 50 mil barris diários.

O que são as disponibilidades conhecidas do Recôncavo? Os seus próprios peritos o dizem: um ano do consumo nacional! Como então, se poderá pensar que desse lado é que há de vir a solução do problema do petróleo nacional? Com a pressa com que trabalha o monopólio estatal ali, não haverá nem tempo para amortizar as instalações fixas em campo petrolífero de tão exemplar pobreza! O restante dos poucos bilhões pouco ultrapassa de 50 a 60 tambores, quando o Médio Oriente porá em campo de 5 a 6.000 diários!

O Sr. Lima Teixeira — Dou como exemplo a Bahia. Vários fazendeiros de cana de açúcar foram grandemente sacrificados pela maquinaria pesada que entrara nas suas propriedades e esmagava os canaviais e os proprietários das terras não podiam reclamar.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o orador um contra-aparte. Pelo Código de Minas o proprietário pode explorar o subsolo de que é dono. Se não tem equipamento, recursos nem competência para fazê-lo por conta própria o governo dará concessão àqueles que estejam habilitados. Essa a diferença. Pelo fato de o Senhor de uma terra não poder explorá-la, o governo não deixará o subsolo, rico de veios, inculto, sem aproveitamento.

O Sr. Lima Teixeira — Não me oponho a tal orientação. Defendo apenas o princípio de que o proprietário da terra devia receber um

"royalty" do Estado, pois tais pesquisas sacrificam muitas vezes a lavoura de que vive; o pasto de que necessita para o gado, sem que lhe seja paga qualquer indenização.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada mais odioso e injusto. É contra a nossa tradição liberal.

Aqui, porém, desde a nossa Revolução boba de 30, só se legisla sobre o subsolo, em termos de absolutismo estatal.

O Sr. Lima Teixeira — Sabe o nobre colega que em ser concedida a permissão, a lavoura é prejudicada. Dá, muitas vezes vive o dono da terra.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quando o governo autoriza a exploração, quando confere a concessão, o proprietário do solo é indenizado.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) Permito-me comunicar ao nobre orador que faltam dois minutos para o término da hora do expediente.

PROTESTO DOS LAVRADORES DE AÇÚCAR

O Sr. Ezequias da Rocha (Pela ordem) — Sr. Presidente, respeito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o ilustre Senador Assis Chateaubriand possa concluir seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Ezequias da Rocha.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É mais um tupiniquim que me desvaneca na Casa com a indefinível simpatia com que me distingue a taba inteira. O Senador Ezequias da Rocha pertence à gloriosa linhagem dos caetés. É um dos meus ramos, e dele me ufano. Os corsários Gondis misturaram com eles o sangue na ilha de Itamaracá e no Cururipe. Devoramos juntos, o Senador Ezequias e eu, o primeiro bispo do Brasil. Al principio a nossa consciência de nacionalidade. E a primeira reação amarela contra a ocupação portuguesa como fixava a "Revista Antropófaga" editada pelo nosso "Diário de São Paulo" em 1929.

O Sr. Ezequias da Rocha — É muita honra ser irmão do grande Assis Chateaubriand, que tem uma das maiores culturas deste país.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não tanto palavras para agradecer a V. Ex.^a tão elevado julgamento dos meus modestos dotes de polemista de província.

O Sr. Lima Teixeira — Permita o nobre orador que eu conclua o meu aparte. Quando me referi à não participação dos proprietários das terras foi para citar o caso de empresas como a Petrbrás, a qual se localiza em uma fazenda, sem que o dono da terra receba qualquer indenização pelos estragos causados à lavoura. O fazendeiro não pode produzir, porque suas terras foram ocupadas ocupadas pelos funcionários da Petrobrás e pelas máquinas enviadas para exploração do subsolo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não nos surpreende a acusação que V. Ex.^a formula contra a Petrobrás. Esse protesto já o vi formulado por dezenas de lavradores de açúcar

do Recôncavo. Os funcionários da companhia se estabelecem numa propriedade, em busca do lençol de óleo, danificando canaviais sem dar maior satisfação aos seus donos. Por que tanto desprezo pelo interesse alheio? Simplesmente por se tratar de uma autarquia, explorada por delegados do Executivo, que entendem tratar os pequenos fornecedores de cana baianos com a insolência a que se refere o honrado Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — São esses prejuízos que devem ser indenizados pelos concessionários.

FALSO TERRENO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Voltando, Senhor Presidente, ao debate em torno do petróleo, quero chamar ainda uma vez a atenção dos colegas para o falso terreno em que estamos colocando a exploração desta e outras fontes de riqueza do Brasil. Os pruridos dos autores das nossas metas nacionalistas, só têm procurado criar elementos de perturbação de economia do país. Estamos em nosso tempo, mais do que em qualquer outro, não num mundo de independência, mas sim de interdependência (e assim falava F. Roosevelt em 1936, aqui) e, entretanto, há brasileiros que só vêem em risco a nossa soberania, toda vez que se trata do Brasil extrair petróleo, como o fazem todas as nações civilizadas.

A própria Rússia soviética, Senhor Presidente, ainda em 1922 concedia concessões de petróleo a cidadãos norte-americanos. Percival Farquhar recebeu em Baku, uma concessão de óleo, concedida pelo Soviet, ao tempo de Lenine. A China, há pouco, autorizou por sua vez, uma concessão à Ruttai. O Partido Comunista, que combate os Estados Unidos aqui dentro, resolveu tomar a nação ao lado de quem fizemos duas guerras, no maior espírito de camaradagem, para inculcá-la ao nosso povo, como o dragão que vem beber o petróleo do Brasil e roubar-lhe a independência. E há brasileiros parvos que acreditam nessas alicantinas da grei moscovita.

O total do petróleo queimado pelo mundo a fora, atingiu no ano de 1955, a 783,3 milhões de toneladas; os Estados Unidos com 369 milhões; o Oriente Médio com 160 milhões; as Caraíbas 137 milhões e o Extremo Oriente, 18,7 milhões. Em todas as regiões dessa imensa órbita de exploração petrolífera, só o pobre México faz exceção à regra. Em todos os outros países, a questão do óleo se acha aberta à exploração de todos os povos, baseados os negócios no sistema da liberdade das transações, toda gente fugindo às complicações do nacionalismo. Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Venezuela, Espanha, Holanda, Pérsia, Estados do Golfo Pérsico; ninguém cai na tolema jacobina em que patoja o nosso Brasil matuto. O nosso Brasil de pacóvios, o nosso Brasil de manéis assa-ovo, de Senhores Aristocratas, chegado de viagem!

O total acima comparado com o petróleo escravizado da Europa Oriental, da Rússia soviética e da China, é uma cifra colossal.

Vale a Casa qual a cifra do petróleo da escravidão nacionalista comunista? 84 milhões. E isto porque, países como a Polônia, a Rumania e o Azerbadjan se encontram sob o jugo do imperialismo eslavo.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem! O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vale a pena oferecer balanço à situação do Domínio Canadense, como produtor de óleo dentro do continente.

RELAÇÕES EXCEPCIONAIS

As relações entre o Canadá e os Estados Unidos são de uma natureza excepcional; não existe mesmo no mundo

nada de semelhante. Trata-se de fato de dois povos irmãos, saídos efetivamente de uma mesma crígem colonial, tendo vivido, esquecidos muito, 150 anos juntos antes da secessão dos Estados Unidos e recebido em herança desse passado a mesma fé no "self-government" democrático bem como o patrimônio comum de uma civilização americana que eles sabiam se unir para defender. A consequência é uma intimidade natural uma completa familiaridade, cuja circulação do sangue fosse comum.

Não é uma simples expressão geográfica, afirmar-se que o Canadá é norte-americano: os signos visíveis e as repercussões dessa unidade norte-americana são ilimitados. Mas a estrutura material que nos Estados Unidos, costumes inteiramente idênticos, mesma maneira de trabalhar nos escritórios e nas usinas mesmo modo de se distrair. O Canadá prefere o cinema americano, o rádio americano, os sports americanos, os jornais americanos. Numa enquete recente, realizada em Kingston (Ontário) verificou-se que dos 34 jornais e revistas ali lidos, 15 somente eram ingleses ou canadenses.

Na vida corrente, cada província canadense mantém relações mais estreitas com o Estado americano vizinho que com outras províncias canadenses. Formam-se assim famílias naturais, que ignoram as bandeiras: Nova Inglaterra e províncias atlânticas, Michigan e parte oriental do Ontário Colúmbia Britânica e Norte-Oeste Pacífico americano. Pois bem: a despeito de toda esta intimidade, em que pese o fato de se beneficiar de maneira total dos capitais e da técnica dos Estados Unidos, o Canadá não obstante ter descoberto o petróleo em grande escala já há quase dez anos e desenvolve-o graças a uma inversão maciça de US\$ 3.000.000.000, apenas agora é que o país conseguiu produzir petróleo suficiente para a metade do seu consumo.

Se não, vejamos as datas e as cifras: o petróleo foi descoberto em 1947 em Alberta, em fevereiro de 1947. De 1947 a 1955 a indústria petrolífera antecipa no Canadá US\$ 3.000.000.000 — US\$ 1.800.000.000 em trabalhos de exploração e desenvolvimento e US\$ 1.200.000.000 na refinação, transporte e distribuição. A produção em 1955 foi da ordem de 950.000 barris diários para um consumo das indústrias aproximadamente de 600.000 barris por dia. Do total 60% — US\$ 1.800.000.000 é de origem norte-americana, sendo de 22 o número de companhias em atividade.

Os gastos em poucos anos no Canadá Oriental têm sido da ordem de US\$ 50.000.000 por ano. A média anual dos gastos no petróleo canadense em 1954 e 1955 foi de US\$ 3.400.000.000; mais de US\$ 31.000.000 por dia.

Velo que fátiga a Casa e a sua benevolência, com a exposição de fatos dados. Que a sua paciência me tolere um lírio apanhado em relação à Argentina.

Os oponentes da colaboração particular costumam apontar a Argentina como exemplo de bem sucedida exploração governamental do petróleo mas o estudo detido dos fatos mostra não injustificável e enracinhada a tal conclusão. O petróleo foi descoberto na Argentina pelo governo federal num poço aberto em procura d'água, na árida região de Comodoro Rivadavia. Até 1919 as inconveniências do Código de Mineração Argentino tornaram não atrativa para os interesses particulares a participação no desenvolvimento da produção local que, por isto, foi qua-

se insignificante nesse período. Em 1919, as leis argentinas tornaram-se um tanto liberais várias companhias petrolíferas estrangeiras obtiveram concessões, e essa atividade imprimiu novo ritmo à pesquisa do petróleo por parte de todos os interessados, inclusive a repartição governamental. Em 1924 a administração Irigoyen resolveu impedir a expansão das companhias particulares, e criou uma lei de reserva que guardava para o governo quase todas as restantes possibilidades petrolíferas do país. O governo por seu órgão especializado, em muitos casos seguiu no encalço das companhias que desenvolviam as suas concessões e começou a perfurar nas vizinhanças dos poços produtores por elas descobertos. Já em 1921, as empresas particulares produziram 15% do crescente potencial produtivo de petróleo da Argentina, e em 1924 concorriam com 25% da produção. Se bem que inibidas, por lei de aumentar eficazmente a área das suas concessões a partir de 1924 conseguiram as companhias alcançar a metade da produção total da Argentina em 1931, e no período de 1931 a 1938 sua produção representava mais do que a metade da capacidade produtiva total daquela república vizinha. As pequenas e limitadas áreas facultadas à iniciativa particular na Argentina, às quais uma legislação restritiva não permitiu acrescentar novas áreas desde 1924, fizeram com que antes de 1938 — alcançado o máximo desenvolvimento potencial dessas áreas — diminuisse a produção particular comparada com a da repartição petrolífera oficial a qual tinha todo o território argentino ao seu dispor, para pesquisa e lavra. A despeito de ter o governo argentino reservado para si todos os terrenos atrativos e dependendo quantias consideráveis em pescoisais intensas, as companhias ainda hoje concorrem com 15% da produção total de óleo da Argentina, extraída de uma área que representa menos da milésima parte das áreas reservadas ao governo. Em outras palavras, a produção diária da Argentina, em 1954, foi em média 81.000 barris dos quais 12.000 foram e ainda estão sendo produzidos pela iniciativa particular, isto é, Cia. Argentina de Petróleo, Cia. Rio Antel, Cia. Suspendo (ambas de capital argentino), Gladema Argentina S. A. de Petróleo (Shell) e Esso Produtora de Petróleo S. A. (Standard Oil Co. of New Jersey).

O erro da política petrolífera argentina é demonstrado pelo fato de que o país ainda não ter conseguido até hoje produzir mais de 55% do seu consumo normal e continuar dependendo da importação diária de cerca de 75.000 barris de produtos petrolíferos. De-se afirmar sem hesitação que se a Argentina não tivesse imposto, em 1924 uma política restritiva à indústria petrolífera, estaria bastado a si mesma nesse período em 1954, ao passo que a atual situação é de duvidar que a produção argentina jamais bastaria ao seu consumo normal.

Vendo, na Argentina assim vamos nós cair na patética de fazer o ídolo dos russos na luta do petróleo com os americanos? E dela não salmos até hoje nécios que somos. O êxito da propaganda russa para que Brasil não tivesse petróleo é aqui maior do que a urgente necessidade dos combustíveis líquidos pelos brasileiros. Nosso fanatismo nos transformou em lamentáveis faquires, jejundando um artigo de que muito carece a economia nacional.

Lá fora, existe tanto petróleo já descoberto e em tão satisfatórias condições de exploração — que o provável do Brasil só interessa às companhias que estão aqui com os seus equipamentos de distribuição,

O Oriente Médio está em condições de suprir amanhã a Europa de qual quer deficiência que venha a ocorrer nos Estados Unidos ou na Venezuela.

Encontra-se tanto óleo disponível, nos campos petrolíferos vizinhos ao Golfo Pérsico, que o presidente Kubitschek recebeu proposta da entrega de duas refinarias, pagáveis a longo prazo, contra um contrato de compra de óleo de Koweit, por certo número de anos. Não se contesta que o episódio de Suez reacendeu o interesse pelo Brasil, ate como mercado internacional. Mas essa conexão não é a preponderante. O Oriente Médio dá do seu subsolo o petróleo que o homem branco carece no ocidente. Ocorreu, porém, o distúrbio em Suez e o homem ocidental se fecha em copas para o lado do canal, pretendendo soluções atlânticas do problema do abastecimento do seu combustível líquido. Nossa desgraça é que não sabemos tirar partido do momento.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — V. Ex.^a tem a palavra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Acabo de chegar e infelizmente não pude ouvir seu brilhante discurso desde o princípio.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — A ausência de V. Ex.^a já foi devidamente deplorada.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Tenho a impressão de que cheguei numa ocasião agradável, quando V. Ex.^a revelava tópicos de conversa tida com o eminente presidente da República. Concorro com o nobre colega que uma das coisas mais baratas e que existe em quantidade intensa por todo o mundo é, realmente o petróleo bruto.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — Há superabundância de cru — não resta dúvida, e isso explora o pouco interesse que se observa em toda parte pelo nosso, ainda em estado potencial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — ...proven da circunstância de uma ameaça potencial da Rússia aos centros petrolíferos do mundo, que estão mais próximos dela.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — Que estão muito mais ao alcance dos bombardeiros russos que dos americanos, embora os americanos e os ingleses tenham um cinturão de aeroportos em torno dele, é também outro das alianças políticas asiáticas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permita-me dizer a V. Ex.^a que não discuto a questão sob este aspecto. Não tenho a mesma impressão de V. Ex.^a. O interesse das companhias petrolíferas prende-se muito mais às conveniências materiais-econômicas, diretas mesmo, comerciais, do que às razões de ordem estratégica que Vossa Excelência invoca: mesmo porque o contrário seria a confissão do ilustre colega, em plenário, de que os Estados Unidos da América do Norte, o grupo da NATO, ou quaisquer forças organizadas não terão absolutamente capacidade militar para enfrentar a Rússia, seja na África, seja na Europa.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — Entramos agora num plano estranho ao debate.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a sabe que sou soldado raso nesta batalha.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — Não discuto questões das quais não entendo, mas quero declarar que não disse que a Rússia é invencível na África e na Europa. O que tenho sustentado aqui e fora daqui é coisa diferente. Digo sempre que a indústria russa ainda hoje tem, por exemplo, com as suas quatrocentas divisões atacar, e ocupar a Europa con-

tinental, antes que possam fazê-lo a tempo, os nossos aliados. Isso aconteceu com os japoneses em Pearl Harbour, na guerra terrestre de amanhã, na Eur. pa, o primeiro passo ganharão os russos.

Voltando ao tema do petróleo, insistio em declarar que não consigo ver qual o interesse que têm as companhias estrangeiras desse continente, aqui estabelecidas, em dificultar ou impedir o acesso dos brasileiros às jazidas de onde ele possa sair. Instaladas no Brasil, com capitais enormes para distribuição do óleo, por que iriam elas comprometer a solução de um problema que outros poderiam resolver? Ao contrário, pois, uma forma lógica e legal de raciocínio, nos induz a afastar o argumento pueril do dicionário comunista, segundo o qual o Brasil não achou óleo no passado, porque tal não queriam os grupos estrangeiros aqui instalados. O raciocínio é tão infantil que não paga a pena discuti-lo. Desanima, ver um arsenal ardente de patriotismo e de boa fé deste, na consciência imatula de tantos brasileiros, gasto com causa tão ingrata, qual a de se dar petróleo ao Brasil, exclusivamente pela mão dos brasileiros. Eu penso no que poderiam dinamizar os nosos governos, para darem saúde à nossa gente, extinguindo as endemias evitáveis e curáveis, e para isso dispendendo, apenas os recursos que já empregou até hoje, sem proveito correspondente, a Petrobrás.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Pior que estas endemias é o santusismo internacional, que desdora a líquido vital do nosso povo e, mais grave que isso, que avilta e ludibria a nossa gente.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIND — A questão para os homens da sensibilidade, assume aspecto mais delicado, quando se verifica o contraste entre a prosperidade financeira insólita de uma entidade, como a Petrobrás, a qual nada descobriu até hoje de positivo em matéria de petróleo, e o quadro sinistro apresentado pelo Brasil de endemias rurais e urbanas, que envorronham os nossos níveis de civilização. Se existem capitais internos e externos, decididos a correr o risco do petróleo, entremetidos-lhe esta tarefa, e vamos trabalhar pela higiene do povo brasileiro. Quantos milhões de quilowatts-hora perdidos, não significam populações pesteadas e deprimidas física e moralmente, como as nossas?

Em quantas amarguras não deve a enfiar-se uma consciência de brasileiro, tomando o panorama de inferioridade política e intelectual do país, neste episódio trivial do petróleo.

ENDEMIAS

Quer a Casa saber quais são as endemias evitáveis ou curáveis, sem que tenhamos recursos para as combater e dominar? Começam pelas verminoses em geral. Há 44.918.282 indivíduos que são portadores de vermes (88,4%) na população brasileira registrada em 1950. De-se 21,5 milhões (30%) têm anelostomídeos.

Para quem comentar o vasto hospital que significam estas cifras?

Outra, é a hidratose. É uma doença do cão, que penetra no organismo do homem e do animal. Cachorro, homem e gado vivem no sul, em promiscuidade. Sabe-se o amor que o homem do campo no Brasil tem ao nutri pelo animal. Todos nós somos amigos e comensais dos animais. 10,2% dos dez milhões de bovinos da população animal do Rio Grande do Sul e 31,5% dos dez milhões de ovinos e 10,1% dos suínos são infectados. A hidratose invade lentamente o território nacional, sem uma barreira sanitária não que a erradique mas não menos que faça contrainfeção.

A malária encontra a primeira campanha contra ela, na estrada encetada por Antonio Perissone no Pará em 1909. Paraguar, em 1910, contra Oswaldo Cruz, para fazer o saneamento da Madeira-Mamoré. E, em 1913, Pena, em 1913, enceta uma campanha no Distrito Federal. Organiza-se o Serviço de Saneamento Rural, que Carlos Chagas incorporou ao Departamento Nacional de Saúde. Em 1922, a Fundação Rockefeller principia estudos na Baixada Fluminense que é, na travessia para Petrópolis, a nossa Campanha Romântica. Formam-se aí os primeiros malariólogos. Em 1927 a 1929 realizam-se as primeiras obras de engenharia sanitária em Vigário Geral e Santa Cruz Lafayette de Freitas e Belizária Para, os campos dessa jornada. Em 1931, o ramal irrompe no Nordeste onde permanece mais de 2 anos provocando uma quase que hecatombe no Vale do Jaguaribe.

Mas êsses eram movimentos espasmódicos, descontinuos e destituídos de âmbito nacional.

A fase da tentativa de erradicação da malária no Brasil, data de 1941. E criado o Serviço Nacional da Malária, o qual foi incorporado este ano, há poucos meses, ao Serviço de Endemias Rurais.

É uma pesquisa para dez anos. Há por dedetizar cerca de quatro milhões de casas e realizar trinta milhões de dedetizações.

Por estas cifras se verifica o que ainda há por fazer no campo da malária, e que não se empreende por falta de recursos. Para cavar poços secos, por conta da Petrobrás, existem bilhões de cruzados. Para pagar um pessoal mais do que inútil, nossa companhia mais de um bilhão de cruzados.

Agora, verbas para acabar de debelar uma endemia como a malária, só escalando pequenos orçamentos pelo prazo de um decênio.

Vejam a boubá. São quatrocentos mil os houbativos, em 16 Estados da Federação. É uma doença peculiar às zonas tropicais e subtropicais. Domina a "área da Sombra". Mutila e deforma o doente. É contagante, e por isso existem 1.200.000 brasileiros ameaçados pela boubá, que é a moléstia da pele e dos ossos das populações rurais pobres.

O bócio endêmico se acha entre nós, identificado desde o século passado. Von Martius o descreve:

"As vezes o pescoço fica tomado pela inchação, dando a essa pobre gente ignorante e, na maioria de cor, uma desagradável aparência. Parece porém, que, no país se considera o bócio mais embelezamento do que propriamente deformação pois não é raro ver-se mulheres com monstruosos bócios enfeitados de correntes de ouro ou prata a se exibirem, de cachimbo à boca, ou com fuso de fiar na mão, sentadas diante de suas casas. Negros, brancos e mamelucos, que formam a maioria da população, sofrem desse mal sendo que, entre os brancos, as mulheres apresentam-nos em maior frequência que os homens. As causas dessa deformação, conclui von Martius, parecem ser, aqui, semelhantes às apontadas em outros países".

A atenção para o bócio só é despertada pelas autoridades, depois que Carlos Chagas revela o tripanosomíase americano. Erradamente, alguns pesquisadores, tentam encontrar uma relação entre a moléstia de Chagas, produzida pelo "barbeiro" e o bócio endêmico, que é uma moléstia de cárcere alimentar. Ela acarreta a debilidade mental e a surdo-mudez, com a degeneração física de gerações sucessivas.

Spix e Saint Hilaire a conheceram em Mato Grosso e Goiás. O aumento da incidência é visível nas pessoas. A incidência do bócio das crianças da

idade escolar da para impressionar: Mato Grosso tem 53,9%; Território do Acre, 43%; Minas Gerais, 34,4%; Goiás 34%; São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, 28% e o Distrito Federal, 21,4%!

A doença de Chagas é um problema sanitário e de difícil solução, por ser disseminada nos distritos rurais. A sua gravidade se traduz pela inexistência de terapêutica eficaz. Há que combater portanto o agente transmissor. E uma campanha que exige amplos recursos financeiros, por reclamar investigações epidemiológica clínica e parasitológica em todos os Estados infestados e que são Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina.

Carlos Chagas dizia, a respeito do "barbeiro" e o mal por ele produzido: "representa, em nosso país um dos problemas sanitários de maior relevância, ligado aos mais altos interesses econômicos e ao aperfeiçoamento progressivo da nossa raça nas zonas rurais".

Onde, porém, os meios para o ataque a esse inimigo tão disseminado?

De esquistossomose existem três milhões de brasileiros infestados. O caramujo, que é o transmissor da doença, se encontra até aqui no Rio de Janeiro e em Niterói. A represa da Pampulha o tinha no seu lago artificial, hoje esgotado pela ruptura da barragem. No Distrito Federal, a infestação se verifica em trabalhadores de hortas, principalmente nos que se dedicam ao cultivo do agrião.

Mais outro grave problema sanitário: o tracoma. As estatísticas registram, 1 milhão e 300 mil tracomatosis, espalhados pelo Brasil todo. Os grandes focos se encontram em 14 unidades da Federação. No meio rural, onde avulta o pauperismo, o tracoma exerce ação devastadora.

Quem pensa que a peste bubônica foi erradicada do Brasil? Ela existe ainda em focos endêmicos. Em Triunfo, Pernambuco, havia, faz pouco, dois mil casos. Morreram oitocentas pessoas.

E a febre amarela silvestre?

Ela subsiste no campo, e ainda em 1955 confirmaram-se dez casos no Pará, nos municípios de Castanhal e Inhangaçu. Existe um programa de vacinação de 10 milhões no Ministério da Saúde, para a febre amarela silvestre. Esta modalidade da infecção amarilica não é transmitida pelo mosquito urbano, pelo "Aedes aegypti" que é a stegomyia, encontrada ainda em 1955 na zona rural da Bahia.

135 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

A independência desta terra não é de ontem. Ela tem 135 anos. Até hoje soubemos e pudemos viver com centenas de companhias estrangeiras, explorando as mais diversas formas de atividade de uma comunidade, inclusive serviços públicos. Não se conhece um arranjo praticado por nenhuma delas na soberania do país. E têm os nossos governos feito a todas as maiores injustiças, infligindo-lhes bofetadas de tratamentos desiguais e desumanos, aliás também em nosso detrimento, porque desencorajam bilhões de dólares e milhões de libras que aqui estariam, se outros fossem nosso senso de governo e a nossa noção de responsabilidade para julgar, pelo menos equitativamente, os interesses legítimos de quantos aqui vieram trabalhar conosco pela prosperidade do país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O Sr. Fernandes Távora — O nobre orador dá licença para um aparte?

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti já me havia solicitado o seu aparte, em primeiro lugar. Ouvirei

a seguir, o nobre colega com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Agradeço a V. Ex.^a ter-se lembrado do meu pedido, com a fidelidade que lhe é costumeira. Desejo apenas declarar que a referência de tão brilhante orador que o Brasil seja um hospital muito maior que no tempo de Miguel Pereira, só pode ser considerada como figura de retórica.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Por quê? Então o ilustre colega nunca viajou, como eu o tenho feito, o nosso interior?

Da leishmaniose existem 25 mil casos em São Paulo. Não foi até hoje erradicada, e a brucelose, que é uma doença do gado, continua sem ser inquietada, malgrado ela se transmite ao homem.

O Sr. Lima Guimarães — Dá realmente para impressionar a enumeração minuciosa que faz V. Ex.^a de tantas endemias evitáveis que infestam os brasileiros, como a brucelose, malária, o tracoma, a boubia, a leishmaniose, a esquistossomose e outras.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — O bôcio, meu caro colega, é também uma moléstia urbana. Ela não se oculta no campo. N' Recife existem oitenta mil pessoas atacadas de bôcio. Nas praias do Rio de Janeiro, como ali adiante no caso do porto, ele é encontrado. Não temos dinheiro para enfrentar este museu de calamidades, enquanto que a Petrobrás dispõe de mais de 1 bilhão de cruzeiros para sustentar onze mil empregados, sendo grande parte deles um corpo parasitário no serviço da nação.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.^a citou há pouco a pior, para mim, das nossas endemias: a esquistossomose, que ataca o Nordeste.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — E já também o centro e o sul. O lago da Pampulha contaminou muita gente em Belo Horizonte. A moléstia desceu com os trabalhadores do norte e do nordeste de Minas que vieram dedicar-se as obras daquele açude artificial. Eu mesmo, que sou nordestino, não sei como pude escapar à esquistossomose pela quantidade de vezes que me banhei no Beberibe, em Pernambuco, até 1917, nas duas praias do Morais e do Passarinho.

O Sr. Ruy Carneiro — E' tenebroso o efeito da esquistossomose, especialmente em Minas Gerais, na zona de Araxá.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que é deplorável, porém. Senhor Presidente, não é só que existam tais moléstias, senão que devastando-nos todas elas, os governos encontram dinheiro para pagar as fantasias do petróleo e se vejam inibidos de eliminar tão alastradas endemias da coletividade brasileira.

Este país tem 1 milhão de casas infestadas pelo "barbeiro" em largos tratos de terra, principalmente em Goiás, Minas e Mato Grosso. A pequena barata pela noite a dentro suga o sangue do caboclo e lhe injeta o germe de que ele é portadora.

O Sr. Fernandes Távora — E o bôcio do Nordeste.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' o bôcio tão comum nas cidades de Goiás que um guarda sanitário, recém-chegado dali, narrou-me este episódio que confirma o fato. Ao chegar o Dr. Mário Pinotti, uma tarde, numa casa de uma cidade daquela província defrontou uma moça, a qual se apressou em saudá-lo, com estas palavras, na porta da rua:

— "Mamã, aqui está um moço de pescoço fino".

Era o Dr. Pinotti para aquela criatura a exceção, de tal modo o perfil

do homem de bôcio ali constituía a regra, inclusive ela que tinha o seu papinho.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a mais outro aparte?

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Contou-me um mineiro que numa cidade infestada pelo "papo" como ali é chamada a moléstia, um cidadão lhe confessara seu desgosto pelo fato de não possuir a moça de que ele gostava também um "papinho". (Riso).

MILHARES DA MORTE

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Confirmo o que diz o honrado Senador Távora: há milhares de brasileiros que morrem, no interior, nas idades de 14, 18, 20 e 25 anos, vitimados pela miocardite. Só o médico especializado no "Mal de Chagas" é capaz de identificá-lo. O "barbeiro" ataca a vítima, injeta-lhe no organismo o germe da moléstia e o órgão mais atingido é o músculo cardíaco e deste, o miocárdio. E' comum, naquelas zonas, falecerem, repentinamente, jovens de 18 anos, com a vida destruída pelo "barbeiro".

O Sr. Lino Teixeira — O infestado não dura mais que cinco anos.

O Sr. Fernandes Távora — Dura mais.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Afirma-se antigamente que o "Mal de Chagas" e o bôcio por deficiência alimentar eram moléstias do planalto. As enxurradas carregavam o lodo contido na terra, e seu desaparecimento possibilitava a aquisição e a expansão do bôcio nas populações, em virtude da pobreza do lodo no organismo.

O Sr. Fernandes Távora — Esta é outra espécie de bôcio — o de cárdia — diverso do "Mal de Chagas" provocado pelo "barbeiro" que é de caráter infeccioso.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há um bôcio proveniente da subalimentação, e outro oriundo de um germe depositado no corpo humano pelo "barbeiro".

O Sr. Lima Teixeira — Exatamente. E todo o povo do Nordeste é subalimentado.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — O litoral do Estado do Rio, o interior de São Paulo e seu litoral, apresentam elevado índice de indivíduos atacados de bôcio — o bôcio de cárdia.

Senhor Presidente, os nacionalistas, os jacobinos brasileiros, que se servem de pretextos em vez de razões para hostilizar até o capital privado, na solução do problema do óleo, não vêem nada disso, não atentam para as vantagens de um Brasil enriquecido com a sua população higienizada e as endemias rurais — todas evitáveis e curáveis — extintas.

O Sr. Lima Teixeira — E' verdade.

O Sr. Fernandes Távora — Para realizar este sonho preciso, de muito dinheiro; do contrário jamais acabaremos com as endemias.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como pensar uma, vão em elevar o seu "standard" de vida com massas demográficas nas condições que venho de descrever?

A economia nacional se acha em estreita dependência dos níveis de saúde da sua população. Que produção se pode esperar de massas obreiras incapacitadas de sustentar pelo menos as antigas posições? Não há de ser das forças econômicas? O Estado, todo o dia, aumenta as intervenções na órbita das atividades privadas esquecendo de que o limite

de funções específicas que lhe cabem, está em seu poder para dar saúde, educação e bem-estar ao povo, estimulando vínculos de convivência cada dia mais estreitos, no meio social, graças à espontaneidade com que os cidadãos cumprem suas obrigações na base do respeito aos direitos de cada um.

A começar do petróleo, as restrições que a vontade onipotente do Estado cria todo o dia à liberdade de trabalho do cidadão só têm consequências funestas. Os métodos do governo brasileiro no campo econômico, são as mesmas normas do Estado ditatorial. Quando um povo sucumbe como vai sucumbindo este nosso, ao punho de ferro do Estado-providência, nos golpes que ele desfecha às suas liberdades econômicas, as suas liberdades políticas, já receberam os germes violentos que deverão exterminá-las em sua totalidade.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência está certo. E' a lei da história.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' uma grosseira inverdade ao lado de uma mesquinha impostura, o dizer-se que as companhias estrangeiras de óleo usurparam ao Brasil as oportunidades que ele teve, no passado de descobrir petróleo.

Eu já afirmei à Casa, que o petróleo só passou a interessar o mundo a partir da última guerra mundial. Basa tomar as míseras quantidades do seu consumo em 1939 e hoje.

No Brasil, a Standard Oil teve a sua pequena refinaria com ordem de desmonta no governo Vargas, e a sua concessão de pesquisa cassada, logo depois de 30.

O Sr. Fernandes Távora — Por isso mesmo adquiriu grandes áreas de terra.

O Sr. Caetano de Castro — O interessante é que neste longo período, não encontrou petróleo.

TERRAS SECRETAS

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — O honrado senador Távora acaba de nos confessar uma novidade. Não sei onde se encontram as terras secretas da Standard Oil, a que Sua Ex.^a se refere. Só se estarão na Via Lácio. Aqui ignoro totalmente o seu paradeiro. Por outro lado ignoro também este longo período que tiveram as empresas estrangeiras para pesquisar o óleo em nosso território. A única delas, a única, que nasceu em pesquisar o nosso solo logo o Estado, nativista estrangulou-a. A ela e à sua refinaria. Até 1939, a Europa, no campo do petróleo, trabalhava tão pouco em função do fato que a Venezuela e os Estados Unidos (esses naquela época com sinais já de esgotamento nos seus poços) dominavam a antecâmara a Europa. Hoje, os dois países representam nos suprimentos a disensão ao Velho Mundo, de tal modo as suas necessidades se empolaram. A proporção que o Oriente Médio cresceu.

O Sr. Caetano de Castro — Vossa Excelência se valeu da palavra de estar em condições de esmagar os seus oponentes.

O Sr. ASSIS CHATEAUBRIAND — E insistiu em dizer que a superioridade das armas que tem a revelar a todo o instante à Casa. Para esmagá-los e com todos os compressores russos. Não há entre nós nacionalista que possa sustentar conosco a da livre empresa um debate com armas iguais, neste terreno. O que nos falta é o que nos falta. Os fatos, das condições voam pelas culatras. Cada uma das

controvérsia demonstra o lado fraco do adversário, e quão desarmado. Tremo V. Ex.^a e reze três Padres Nossos, antes de me desaiar aqui. Tenho bons setes para trunfar.

O Sr. Caiado de Castro. — Sabem Vossas Excelências que durante trinta anos andaram os americanos pesquisando petróleo no Amazonas. Não o encontraram. Veio um pastor protestante, trazido pelo Deputado João Botelho — foi quem me contou o fato — e afirmou: "Em Nova Olinda há petróleo, então presidente Vargas impressionou-se, mandou pesquisar..."

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que V. Ex.^a acaba de nos revelar fica para a história mística do petróleo. Não se quando é que tivemos americanos pesquisando óleo na Amazônia. É uma novidade para mim, e gostaria de melhor esclarecê-la, inclusive acerca da mágica de Nova Olinda, produzida pelo feiticeiro Vargas. De concessão só sei a da Cia. Geral de Petróleo Pan-Brasileira, constituída em 2-9-1930, subsidiária da Standard Oil (N. J.).

Desenvolveu atividades de reconhecimento geológico nos Estados de São Paulo e Paraná (Bocicatu, Piraju Tibagi, Ribeirão Claro, Rancho Alto, Guarati).

A autorização de pesquisa, foi concedida em 1940, depois que os direitos do subsolo foram declarados de propriedade da nação pelo decreto-lei 35, de 11-4-38.

Esta companhia foi dissolvida em 13 de junho de 1941.

A MALÁRIA

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Vou explicar a V. Ex.^a há de convir que com efeito, estamos realizando obras admiráveis de saneamento. A malária está quase que extinta em grande parte do país.

O Sr. Pedro Ludovico — O'ten a por cento.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quer dizer que "grandes obras para investir contra uma ou várias pragas, senão que essas são também grandes? Desde o começo que fizemos graças a uma notável e bela figura de malariologista e patriota como o Dr. P. Netti, que hoje aqui se trabalha no sentido que discutimos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Ao tempo de Miguel Pereira não estava dominada a peste e negra, a peste bubônica. A tuberculose está quase erradicada ou, por outra, de tal forma atenuada que não tem a significação de outora. Isso graças aos esforços dos nossos higienistas e dos nossos médicos. A varíola, mesmo — permitam-me V. Ex.^a — hoje em dia não é considerada de muita gravidade. O índice de duração da vida, nessa terra em vez de diminuir está aumentando. Outora, a média da vida humana era de trinta a quarenta anos, hoje é de sessenta a setenta anos. Assim o "grande hos-

pital" somente pode ser aceito como expressão retórica, da parte do preloco colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vamos agora ouvir, com o respeito que nos merece o apêndice do nobre Senador Fernandes Távora.

O Sr. Fernandes Távora — Assiste alguma razão ao ilustre colega Kerginaldo Cavalcanti, em dizer que realmente temos progredido um tanto, sobretudo na questão do saneamento rural. Infelizmente, porém, esse saneamento exige quantidade imensa de dinheiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O combate à malária já recebeu dos bilhões de cruzeiros.

O Sr. Fernandes Távora — Isso não é nada. Só poderemos obter esse dinheiro, quando tivermos petróleo em abundância: e isso não se arranja senão com capitais em alta monta. Esta, a verdade. Esta tudo o que se pode fazer. Quando tivermos petróleo, quando tivermos saneamento rural, teremos progredido cinquenta por cento nas indústrias e em tudo o mais: o contrário o trabalho não renderá.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O quadro administrativo federal brasileiro se poderia modificar muito, bastando que o governo se empenhasse de intervir no que não deve.

O Sr. Fernandes Távora — São precisos muitos bilhões de cruzeiros, e só os terrenos com petróleo em abundância. O mar se petróleo, em que navegavam os ingleses e os americanos, quando venceram a primeira grande guerra, segundo a célebre frase de Lord Curzon.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre orador, da licença para um apêndice (Assimilando) — V. Ex.^a acaba de defender tese inteiramente contrária à do Senador Fernandes Távora, ao proclamar que o problema de petróleo não é como se apresenta à primeira vista, mas vez que há superabundância no nosso solo. Isto implica dizer que o petróleo é artigo barato, abundante em todo o território nacional. Não se trata de produzir bastante óleo. A Petrobrás é oportuna, pois está fazendo o refino. Vamos ter fábricas de refinantes, uma petroquímica, etc. Mesmo sem um oceano de petróleo, o Brasil não deixará de avançar, aliás, já está avançando neste terreno.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, o nobre colega pelo Rio Grande do Norte reproduz aqui os fogos de São Pedro e São João, com que o presidente da Petrobrás organiza hoje a sua divertida pirotécnica de Petrobrás.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — De fato. Sob certo aspecto, nós nos aproximamos, mas sou mais radical do que ele.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tanto repetir ao ilustre colega que não participe do seu otimismo em relação ao "nosso" petróleo. Tenho ou-

vido, a esse respeito, aqui e nos Estados Unidos, de peritos no assunto, expressões de maior desânimo para o nosso patriotismo do que a Casa supõe. O nosso sedimento não envolve as esperanças que uma intensa sofreguidão cívica vive a nele depositar.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a se engana. O petróleo brasileiro já está aí. Só os povos subdesenvolvidos é que vendem óleo. Os adiantados não o vendem: importam-no. A Rússia não vende óleo, nem os Estados Unidos. Quem vende é o México, a Venezuela, a Arábia Saudita. Não é, portanto, nosso ideal vender o óleo; mas tê-lo em abundância e ainda importar porque precisamos de muita quantidade, em termos de grande ação. Ouvi essa teoria do nobre Senador Domingos Velasco. Peço perdão a V. Ex.^a pelo apêndice tão longo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nobre colega se equivoca. Os Estados Unidos vendem óleo, toda a vida venderam. O Brasil, teve, no século passado, Senhor Presidente, os condoreiros da poesia. Não será para admirar que tenha neste os condoreiros do petróleo.

No quadro lamentável das prioridades para a solução dos magnos problemas brasileiros, figura o petróleo em primeiro lugar, com a aptidão para absorver o dinheiro deste mundo e do outro, que logramos expoliar da nossa gente. Isso significa que não se tomam aqui, na devida conta, outros interesses, talvez ainda mais respeitáveis como, por exemplo a educação do povo brasileiro. A instrução nacional, sobretudo secundária e universitária, são duas calamidades, se excluirmos um ou outro estabelecimento, como a Faculdade de Medicina de São Paulo e a de Ribeirão Preto. Manguinhos deixou de ser um estabelecimento de pesquisa científica, para envolver um sentido de farmácia onde se fazem, se enchem e se vendem tubos de vacinas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O que de Manguinhos alega V. Ex.^a, é muito grave.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mais grave ainda é a situação do petróleo, conjugado com a posição cambial endemica deficitária.

Encontra-se o problema do petróleo, aqui, dentro de um emaranhado de argumentos de inteiro primarismo. Está mais do que provado que sózinhos não nos é possível resolver essa questão. Entretanto mais se passam os dias, mais o petróleo é tratado com doses mais maciças de irresponsabilidade.

Só existe um aspecto para enfrentar a prospecção a exploração e o refino do combustível líquido: o prisma comercial. Os comunistas inflamam e envenenam a opinião pública. Os nacionalistas, que são uma família de horrendos inocentes, se incumbiram de dar o colorido patriótico à palhaçada. A consequência é que os governos, em mãos tímidas, admitem mas não têm coragem para tratar o

caso do óleo na base da interdependência em que ele deve ser situado.

Se há um assunto que comporta e exige uma revisão total, imediata das bases em que foi posto entre nós, é este do petróleo.

Só os slogans do "entreguismo" e "petróleo é nosso", implicam o complexo de inferioridade em que o tomam os jacobinos, tângidos pelos soviéticos. Esta atitude é incompatível com a era de maioridade política e econômica, em que vivem hoje os brasileiros.

Se a guerra estourar amanhã na Europa? Que será de Brasil, ameaçada grande parte das suas indústrias de refino de paralização, pela carência dos fornecimentos de cru?

Desgraçadamente, a sorte do Brasil, no que toca ao óleo combustível, se acha gratuitamente nas mãos de indivíduos isentos de maior noção de responsabilidade. A espessa ignorância e o paroxismo da exaltação patriótica com que o tomam, não têm paralelo em nenhum outro país.

Existem no debate do petróleo, aspectos que atingem ao máximo o pitoresco. A Petrobrás vem a público, fingendo de satisfação, para dizer que a sua glória são os lucros que ela realiza como empresa de lavra petrolífera.

Poderá haver absurdo maior, ridículo mais completo, no campo da economia do petróleo, do que uma empresa desse ramo, que até hoje não descobriu uma gota de óleo, vir a público declarar que está obtendo lucros? Donde lhe advirão esses benefícios? Quem lho proporciona?

O mistério não é difícil de ser revelado.

É que a Petrobrás não só faz prospecção, como refina cru, e nisto é que está a sua fortuna. Haverá melhor negócio neste país, do que refinar óleo, quando se têm: a) capitais à vontade, compulsoriamente extorquidos do povo; b) câmbio preferencial para aumentar as instalações de refinarias; c) quando se tem o poder de fixar o preço da gasolina e dos outros derivados do óleo, seu bel prazer, porque o Conselho Nacional do Petróleo, que é um departamento do executivo, não tem interesse senão em fazer a prosperidade das outras (as refinarias da Petrobrás) que são, outrossim, patrimônio do Estado.

Uma das desgraças contemporâneas do Brasil, é a de pretenderem os brasileiros colocar as soluções mais simples da sociedade dentro da qual vivemos, em terreno passionário, algumas vezes com o sacrifício do próprio interesse que se pretende acautelar.

Eu, governo, iria matar a boubá e o bocio, ou fazer a séria educação do povo deste país, em lugar de procurar extrair óleo com os tontos da Petrobrás e os patetas da escravidão do Brasil à Rússia soviética.

(Muito bem! Muito bem! P. Netti, O orador é cumprimentado).

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40